

[illegible]

20613/23
061023
02

FOLHA DE ROSTO DO PROCESSO

ASSUNTO
ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
COMPLEMENTO
PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO- PE:24/2023

DADOS DO REQUERENTE

REQUERENTE INSTITUTO ROSA BRANCA	
TELEFONE	CORREIO ELETRÔNICO (EMAIL)

DOCUMENTOS ANEXADOS E NÃO ANEXADOS

[illegible]

USUÁRIO DA CRIAÇÃO DO PROCESSO
106052-THATIA CORREA SCHMILDT--ASSESSOR 3 - AS 3

06/10/2023 12:08:05

REQUERENTE
INSTITUTO ROSA BRANCA

ASSUNTO
ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO

COMPLEMENTO
PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO- PE:24/2023

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE
LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ**

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2023

PROCESSO ELETRÔNICO nº: 243/2023

INSTITUTO ROSA BRANCA, Organização da Sociedade Civil, Pessoa Jurídica de Direito Privado, Inscrita no CNPJ nº 10.962.062/0001-38, com sede na Praça Floriano Peixoto, nº 259, 2º andar – Itaboraí, Rio de Janeiro – RJ, CEP. 24800-165, vem à presença de Vossa Senhoria, conforme regida pela Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, e demais legislações correlatas, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, os Decretos Municipais nºs 881/2022; 882/2022; 914/2022; 921/2022; 936/2022 e 937/2022 e demais exigências deste Edital, com supedâneo no art. 5º, inciso XXXIV, alínea “a”, da Constituição da República cumulado com o para solicitar e apresentar:

ESCLARECIMENTOS/IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2023, PROCESSO ELETRÔNICO nº: 243/2023, cujo objeto corresponde à *“Contratação de empresa especializada na elaboração e promoção de cursos de Beleza e Estética”*, sob o regime de execução de empreitada por PREÇO UNITÁRIO, conforme itens discriminados e constantes no Anexo III - Termo de Referência e do Edital:”, consoante as razões adiante aduzidas:

DA IMPUGNAÇÃO

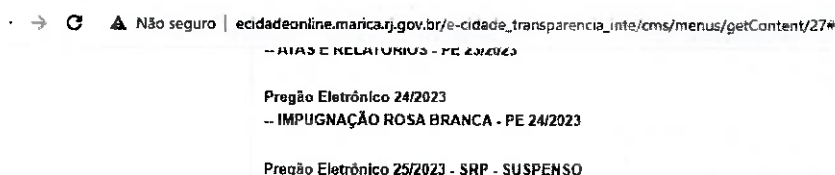
Pasmem!!! NÃO ACREDITAMOS QUE SERÁ REALIZADA NO DIA 10/10/2023 NOVA LICITAÇÃO PARA OS SERVIÇOS QUE SÃO SERVIÇOS PRESTADOS POR ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, AO QUAL JÁ IMPUGNAMOS, FOI SUSPENSO E AGORA RETORNA COM OS MESMOS VÍCIOS INSANÁVEIS JÁ APONTADOS EM NOSSA PEÇA IMPUGNATÓRIA, certos de não pode ser objeto de licitação pela Lei Federal nº 14.133/2021, mas objeto de Parceria regida pela Lei federal nº 13.019/2014, inclusive no Município de Maricá, onde diversas OSC firmaram várias Parcerias e algumas em andamento, não sendo objeto de licitação na modalidade Pregão, mas sim de Parceria pela Lei das OSC (13.019/2014), como todas as demais realizadas pelo Município, onde citamos anteriormente a Parceria realizada pelo Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá – ICTIM e o Instituto Brasil Social, cujo objeto é a qualificação de pessoas para o mercado de trabalho, inclusive inserimos os dados da parceria.

Agora, na espreita, retomam a licitação, após nossa impugnação a qual foi o edital impugnado por nossa Organização e não obtivemos resposta, conforme especifica a lei de regência do edital, nem tampouco ocorreu a devida publicação da resposta no sítio eletrônico oficial da prefeitura. Vejamos

Art. 164. [...]

Parágrafo único. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

Agora vejamos o site da prefeitura:



-- ATAS E RELATORIOS - PE 23/2023

PREFEITURA DE MARICÁ
Processo nº 20613/23
Data de Início: 06/10/23
Folha: 15 de 15 Fls. 05

Pregão Eletrônico 24/2023

-- IMPUGNAÇÃO ROSA BRANCA - PE 24/2023

Verifica-se que não há a devida resposta à nossa Impugnação.

Pois bem... Acho que teremos que ser mais direto!!

JÁ CONTEXTUALIZAMOS que há diversas **PARCERIAS** com OSC para esse serviço, onde recebem todos os recursos do Município para que efetue os Cursos, e como contrapartida, qualifica os munícipes. Diferente do que está propondo no Edital, que se trata de uma contratação de serviços, **NÃO** pode constar no edital todo o material a ser remunerado pelo Município, nem objeto de memória de cálculo e dissolvido nos valores dos cursos, como exemplo, a lista de materiais constantes nos anexos II, III, IV e VI, pagamento em etapas, custos subjetivos, sendo que tais materiais a Sociedade Empresária deve obrigatoriamente conter.

JÁ APONTAMOS que no Termo de Referência, em seu objeto, verifica-se que se trata de licitação "com o objetivo de dar continuidade ao Programa Qualificação Profissional da Secretaria de Trabalho", vejamos às fls. 942 do Processo Administrativo nº 0243/2023, rememoramos:

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na área de cursos de qualificação profissional no segmento de Beleza e Estética, natureza da contratação serviços, na modalidade de Pregão Eletrônico, com julgamento pelo menor preço por item, com o objetivo de dar continuidade ao Programa de Qualificação Profissional da Secretaria de Trabalho.

VERIFICAMOS QUANDO DA IMPUGNAÇÃO que os cursos realizados pela Secretaria de Trabalho foram realizados por uma Organizações da Sociedade Civil, não podendo agora alterar para contratação de serviços e aplicar os mesmos moldes de uma parceria onde consta no edital: CRONOGRAMA FISICO E FINANCEIRO (fls. 951, do Processo Administrativo nº 0243/2023); CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (fls. 952, do Processo Administrativo nº 0243/2023), inclusive que a entrega dos serviços em até 20 (vinte) dias após a ordem de serviço (fls. 952, do Processo Administrativo nº 0243/2023), que inclusive Cláusula divergente do item 22 (fls. 919 e 942, do Processo Administrativo nº 0243/2023), onde a vigência passa a contar da assinatura, mas não há no edital prazo de início de execução ou de ordem dos serviços

DESTACAMOS NA IMPUGNAÇÃO que se trata de uma contratação travestida de Parceria, vem descrito no item 12 – DA DESCRIÇÃO DO OBJETO (fls. 945, do Processo Administrativo nº 0243/20238), onde versa como PROJETO. Vejamos:

12. DA DESCRIÇÃO DO OBJETO

12.1. O Projeto é composto de cursos da modalidade –
Qualificação Profissional- que permitirão aos jovens e aos adultos uma formação profissional reconhecida no mercado de trabalho; oferecendo dessa forma, condições favoráveis para a obtenção do primeiro emprego, recolocação no mercado de trabalho, e dando condições ao formando de investimento no próprio negócio. Cada curso tem uma carga horária específica e serão realizadas de acordo com as salas de aulas disponíveis, podendo ser organizados num período menor, ou maior dependendo do total de dias na semana. A metodologia deverá ser predominantemente prática, ou seja, o aluno aprende fazendo com a orientação de um instrutor.

RESSALTAMOS, À ÉPOCA, que a contratação dos serviços objeto do presente pregão, caso fosse adiante, poderia prejudicar as demais Parcerias realizadas no Município, que inclusive são realizadas, em sua maioria para promoção de cursos, inclusive há uma em andamento para o mesmo objeto, por meio de Parceria, sendo realizada por uma administração indireta municipal, a qual poderá ser sobreposta por esse Edital maculado.

ALERTAMOS, caso a Secretaria entenda que se trata de uma prestação de serviços, deve apresentar, sendo que não consta no Edital e no Estudo Técnico Preliminar, ao qual tivemos acesso, as seguintes informações:

i) **INCONFORMIDADE DA FONTE DE PESQUISA .**

Quais as fontes de consulta utilizada para a elaboração de preços, tais como: *portal da transparência dos entes (licitações e despesas), portal bi / atos jurídicos / painel de editais, portal bi / execução orçamentária / municipal / painel de empenho, liquidação e pagamento, portal bi / portal de dados / portal de dados municípios, sítio eletrônico de jornais de grande circulação e regionais, instituto brasileiro de geografia e estatística (IBGE), entre outros.*

ALERTAMOS que apenas foi realizada uma pesquisa de preços onde se chegou em alguns fornecedores que não tem sequer documentos para apresentar, ou seja, não consta uma pesquisa de preços válida nos autos.

APONTAMOS, ainda, que o Ilustre Secretário se responsabiliza pela pesquisa de preços (fls. 948, do Processo Administrativo nº 0243/2023), item 14. Da Estimativa de Preços, podendo ser responsabilizado administrativamente e criminalmente, indo de encontro à legislação avocando a pesquisa de preços com apenas 3 (três) fornecedores, vejamos:

14. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS

14.1. Os preços serão obtidos por meio de pesquisa ampla, conforme especificações técnicas dos cursos e soluções escolhidas. ***Diante disso, a Secretaria Requisitante irá realizar diretamente a pesquisa de preço com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal com intuito de agilizar o processo administrativo, responsabilizando-se pelas diligências e resultados obtidos*** (Art. 7º, Inciso IV, do Decreto 936/2022).

FICAMOS SURPRESOS COM o dispositivo no Edital, que se tratava de um erro primário que não seria possível inferir que um Secretário assumisse um erro grosseiro

de forma acintosa, ou seja, admite que a pesquisa de preços foi calcada em empresas, mediante solicitação formal com o intuito de agilizar o processo. **INFERIMOS** que esse Secretário não possuísse uma assessoria jurídica, pois assinou a própria sentença de morte! Como dispõe o art. 28, do Decreto – Lei nº 4.657/42 – Lei de Introdução às normas de Direito Brasileiro, o agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro. Vejamos:

Art. 28. O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro.

ALERTAMOS DO ESPECIFICADO NO ART. 12, DO DECRETO N.º 9.830/ 2019, dispõe que o agente público somente poderá ser responsabilizado por suas decisões ou opiniões técnicas se agir ou se omitir com dolo, direto ou eventual, ou cometer erro grosseiro, no desempenho de suas funções: vejamos:

Art. 12. O agente público somente poderá ser responsabilizado por suas decisões ou opiniões técnicas se agir ou se omitir com dolo, direto ou eventual, ou cometer erro grosseiro, no desempenho de suas funções.

§ 1º Considera-se erro grosseiro aquele manifesto, evidente e inescusável praticado com culpa grave, caracterizado por ação ou omissão com elevado grau de negligência, imprudência ou imperícia.

ADVERTIMOS que quando especifica expressamente que obteve preço por meio de 3 (três) fornecedores, aos quais não tem qualquer documento capaz de demonstrar que são empresas capazes de participar do certame, além de não trazer nos autos qualquer justificativa para a escolha dos fornecedores, age com **ERRO GROSSEIRO**, infringindo os mandamentos do art. 23, §1º, inc. IV, Lei Federal nº 14.133/2021 c/c art. 7, §2º, inc. IV, Decreto nº 9.36/2022. *in verbis*:

Lei Federal nº 14.133/2021

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação ~~deverá ser~~ **compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos** e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§ 1º **No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:**

[...]

IV - pesquisa direta com no **mínimo 3 (três) fornecedores**, mediante solicitação formal de cotação, **desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores** e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

Decreto nº 9.36/2022

Art. 7º A Coordenadoria de Compras, ao receber o processo, deverá proceder à pesquisa ampla de preço, verificando a conformidade da documentação correspondente à pesquisa realizada.

[...]

§ 2º **A pesquisa ampla de preços observará, sempre que possível, aos seguintes parâmetros:**

[...]

IV - pesquisa direta com no **mínimo 3 (três) fornecedores**, mediante solicitação formal de cotação, **desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores** e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

PREVENIMOS do recentemente o Tribunal de Contas da União – TCU decidiu, por meio do TCU – Acórdão n.º 3569/2023 – Segunda Câmara, que:

“para fins do exercício do poder sancionatório do TCU, pode ser tipificada como erro grosseiro (art. 28 do Decreto-lei 4.657/1942 - LINDB) a elaboração do orçamento estimado da licitação sem o dimensionamento adequado dos quantitativos e com base em pesquisa de mercado exclusivamente junto a potenciais fornecedores, sem considerar contratações similares realizadas pela Administração Pública, propiciando a ocorrência de substancial sobrepreço no orçamento do certame”.

ASSENTAMOS que a expressão licitante que enviar a proposta, mesmo para cotação, pela legislação considera-se LICITANTE, respondendo, inclusive criminalmente. Vejamos:

Art. 6º (...)

IX - licitante: pessoa física ou jurídica, ou consórcio de pessoas jurídicas, que participa ou manifesta a intenção de participar de processo licitatório, sendo-lhe equiparável, para os fins desta Lei, o fornecedor ou o prestador de serviço que, em atendimento à solicitação da Administração, oferece proposta;

Frustração do caráter competitivo de licitação

Art. 337-F. Frustrar ou fraudar, com o intuito de obter para si ou para outrem vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação, o caráter competitivo do processo licitatório:

Pena - reclusão, de 4 (quatro) anos a 8 (oito) anos, e multa.

AO FIM, solicitamos que fosse demonstrado que os preços de referência previstos no Pregão foram definidos após ampla pesquisa de mercado, com o uso de técnicas idôneas, bem como demonstre que houve avaliação crítica dos resultados obtidos na pesquisa conforme dispõem artigo 18, I, IV, IX e X, da LF nº14.133/2021, bem como a

Súmula nº 02 do TCERJ e o Acórdão 403/2013 – Primeira Câmara (Informativo de Licitações e Contratos nº 139 - TCU); **considerando que na Parceria com OSC não haveria necessidade de tal enrijecimento devido à prestação de contas e a glosa, que são institutos de legalidade e controle do dinheiro público, não obedecendo a lei de licitações, na forma especificada no art. 84, da Lei federal nº 13.019/2014:**

Art. 84. Não se aplica às parcerias regidas por esta Lei o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

CONSIGNAMOS que não se aplica a Lei de Licitações, por força do art. 189, da Lei federal nº 14.133/2021. Vejamos:

Art. 189. Aplica-se esta Lei às hipóteses previstas na legislação que façam referência expressa à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, à Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e aos arts. 1º a 47-A da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011.

ADMOESTAMOS DA NECESSIDADE de o Ilmo. Secretário abra um processo administrativo sancionador para punir o Servidor que disponibilizou esse item 14 e 14.1, ao qual com uma simples Representação ao TCE-RJ ou ao Ministério Público o Secretário poderá estar responder uma Inquérito Civil por Improbidade Administrativa e, quiçá, criminalmente, na forma do art. 337-F, da Lei Federal nº 14.133/2021. Vejamos:

Frustração do caráter competitivo de licitação

Art. 337-F. Frustrar ou fraudar, com o intuito de obter para si ou para outrem vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação, o caráter competitivo do processo licitatório:

Pena - reclusão, de 4 (quatro) anos a 8 (oito) anos, e multa.

ORIENTAMOS que tal disposição expressa no edital poderia ser entendida como um suposto direcionamento do edital a uma determinada empresa, passível de responsabilidade criminal, ambos, a empresa vencedora e o Ilmo. Secretário, caso esse

Edital persista ou seja reeditado na forma de contratação de serviços, ao qual deve ser **ANULADO** e refeito na forma legal, sem maculas e por meio da Parceria com Organização da Sociedade Civil.

Depois demonstramos de forma farta a I) **IMPOSSIBILIDADE DE ENQUADRAMENTO DO OBJETO COMO SERVIÇO COMUM**; e II) **VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA COMPETITIVIDADE E À AMPLA PARTICIPAÇÃO DO CERTAME**; encerrando nossa peça impugnatória com o pedido de cancelamento/anulação do considerando que se continuar a licitação poderá prejudicar **TODAS** as OSC's que tem Parceria com o Município, e que caso fosse adiante, iríamos recorrer a todas as linhas de defesas para cessar tal irregularidade, já que a primeira linha de defesa, a Secretaria Responsável, retorna com a republicação do edital sem qualquer alteração significativa, ou seja, não julgou nossa impugnação, suspendeu temporariamente e republicou. Será que a Controladoria Municipal e a Procuradoria Municipal não analisaram o processo, considerando que são linhas de defesa? Vejamos:

DO CONTROLE DAS CONTRATAÇÕES

Art. 169. As contratações públicas deverão submeter-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, inclusive mediante adoção de recursos de tecnologia da informação, e, além de estar subordinadas ao controle social, sujeitar-se-ão às seguintes linhas de defesa:

I - primeira linha de defesa, integrada por servidores e empregados públicos, agentes de licitação e autoridades que atuam na estrutura de governança do órgão ou entidade;

II - segunda linha de defesa, integrada pelas unidades de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão ou entidade;

III - terceira linha de defesa, integrada pelo órgão central de controle interno da Administração e pelo tribunal de contas.

Como a Secretaria licitante não nos enviou cópia do Processo Administrativo nº 0243/2023, perguntamos se as inconformidades apontadas em nossa peça impugnatória não foram analisadas por esses órgãos de assessoramento?

Efetue sua Pesquisa:

Dados do Contrato

Número: 02 - 2018
 Situação: Ativo
 Lei: 8666/93
 Valor Inicial: 3.640.944,00
 Processo: 15355/2017
 Contratado: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL
 CPF/CNPJ: 03.848.688/0001-52
 Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA ELABORAÇÃO E PROMOÇÃO DE CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA SECRETARIA DE TRABALHO.

Grupo: SERVIÇO TERCEIRIZADO
 Data da Assinatura: 02/01/2018
 Período de Vigência: 02/01/2018 até 19/06/2020
 Valor Global: 3.640.944,00
 Dado Responsável: 688 - SECRETARIA DE TRABALHO
 Tipo de Instrumento: Contrato

PARA INFORMAÇÕES DETALHADAS SOBRE OS ITENS CONSULTE O EDITAL DA CONTRATAÇÃO. ENTRE EM CONTATO PELO PORTAL E-SIC: <http://es.s.marica.rj.gov.br/>

Itens Aditamentos Empenhos Documentos

Ordem	Descrição	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	SERVIÇOS DE CURSOS DE CAPACITAÇÃO	-	UNIDADE	1.820.472,00	1.820.472,00

CONTRATO N.º 02/2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA ELABORAÇÃO E PROMOÇÃO DE CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA SECRETARIA DE TRABALHO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MARICÁ E SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI-RJ

O MUNICÍPIO DE MARICÁ, pessoa jurídica de direito público interno, cuja Prefeitura tem sede na Rua Álvares de Castro, n.º 346, Centro, Maricá, CNPJ/MF n.º 29.131.075/0001-93, doravante denominado **MUNICÍPIO**, representado neste ato pelo Secretário de Trabalho, Senhor **REGINALDO MENDES LEITE**, portador da Cédula de Identidade n.º 090790155, expedida pelo IFP/RJ e inscrito no CPF/MF sob o n.º 026.441.647-37 e a pessoa jurídica **SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI-RJ**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.848.688/0001-52, situada na Avenida Graça Aranha, n.º 1, Sala 502, Centro, Rio de Janeiro/RJ. CEP: 20.030-002, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada por seu Diretor Regional, **ALEXANDRE DOS REIS**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade n.º 06048522-4 e inscrito no CPF/MF sob o n.º 731.192.297-68, resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA ELABORAÇÃO E PROMOÇÃO DE CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA SECRETARIA DE TRABALHO**, conforme processo administrativo n.º 15355/2017, com fulcro no Art 24, XIII, da Lei 8666/2013, aplicando-se ao contrato as normas gerais da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto Municipal nº 047/2013, suas

Dados do Contrato

Número: 040 - 2020
Situação: Ativo
Lei: LEI FEDERAL N.º 8666/93
Valor Inicial: 1.963.279,27
Processo: 27866/2018
Contratado: JPCMAR FORMAÇÃO PROFISSIONAL, PROJETOS E
CPF/CNPJ: 19.888.855/0001-29
Grupo: SERVIÇO TERCEIRIZADO
Data da Assinatura: 02/03/2020
Período de Vigência: 02/03/2020 até 02/03/2022
Valor Global: 1.963.279,27
Depto. Responsável: 688 - SECRETARIA DE TRABALHO
Tipo de Instrumento: Contrato
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO SEGMENTO DE BELEZA E ESTÉTICA, A FIM DE DAR CONTINUIDADE AO PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DA SECRETARIA DE TRABALHO
PARA INFORMAÇÕES DETALHADAS SOBRE OS ITENS CONSULTE O EDITAL DA CONTRATAÇÃO. ENTRE EM CONTATO PELO PORTAL E-SIC <http://esic.marica.rj.gov.br/>

Itens Aditamentos Empenhos Documentos

Ordem	Descrição	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	SERVIÇOS DE CURSOS DE CAPACITAÇÃO	-	UNIDADE	267.648,60	267.648,60
2	SERVIÇOS DE CURSOS DE CAPACITAÇÃO	-	UNIDADE	166.437,85	166.437,85
3	SERVIÇOS DE CURSOS DE CAPACITAÇÃO	-	UNIDADE	169.619,62	169.619,62
4	SERVIÇOS DE CURSOS DE CAPACITAÇÃO	-	UNIDADE	102.652,60	102.652,60
5	SERVIÇOS DE CURSOS DE CAPACITAÇÃO	-	UNIDADE	188.221,20	188.221,20
6	SERVIÇOS DE CURSOS DE CAPACITAÇÃO	-	UNIDADE	87.059,78	87.059,78

www.institutorosabranca.org

CONTRATO N.º 40/2020

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM EMPRESA ESPECIALIZADA NA ELABORAÇÃO E PROMOÇÃO DE CURSOS DE BELEZA E ESTÉTICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE TRABALHO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MARICÁ E TRANSFORMARE CURSO PROFISSIONALIZANTE LTDA ME.

O MUNICÍPIO DE MARICÁ, pessoa jurídica de direito público interno, cuja Prefeitura tem sede na Rua Álvares de Castro, n.º 346, Centro, Maricá/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 29.131.075/0001-93, representado neste ato pelo Secretário de Trabalho, Senhor FRANK FRANCISCO FONSECA DA COSTA, portador da Cédula de Identidade n.º 114.8215561, expedida pelo IFP/RJ e inscrito no CPF/MF sob o n.º 089.460.667-09 e a pessoa jurídica TRANSFORMARE CURSO PROFISSIONALIZANTE LTDA ME, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 19.888.855/0001-29, situada na Rua Ribeiro de Almeida, n.º 49, sala 101, 102, 103, 104 e 105, Centro, Maricá/RJ, CEP: 24.900-885, daqui por diante denominada CONTRATADA, representada por LUIZ CLAUDIO COSTA, portador da CNH n.º 00237684799/DETRAN-RJ e inscrito no CPF/MF sob o n.º 037.053.557-08, resolvem celebrar o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM EMPRESA ESPECIALIZADA NA ELABORAÇÃO E PROMOÇÃO DE CURSOS DE BELEZA E ESTÉTICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE TRABALHO, conforme processo administrativo n.º 27866/2018, e especialmente o disposto no Pregão Presencial n.º 59/2019, aplicando-se ao contrato as normas gerais da Lei federal 8.666, de 21 de junho de 1993, o Decreto Municipal n.º 158/2018, suas alterações, bem como as cláusulas e condições seguintes:

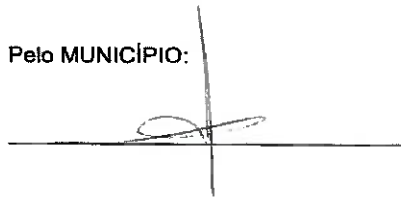
ÍNDICE

www.institutorosabranca.org
Av. Joaquim Ferreira de Magalhães, 997 - Centro Senador Pompeu/CE CEP.: 63600-000 - MATRIZ:
ITABIRAI - FILIAL: CEARA - PARCEIROS: ITAQUAQUECETUBA - SP/ OURO FINO e MONTE
ALEGRE - MG/ URUCUI-PI/ LAGOA VERMELHA - RS
CONTATO: (21) 99794-7540 - Anderson Farias

MARICÁ, 02 de março de 2020.

PREFEITURA DE MARICÁ
Processo nº 20.613/23
Data de Início: 06/10/23
Rubrica: [assinatura] Fis: 15

Pelo MUNICÍPIO:



Pela CONTRATADA:



8

Como não adquirimos informações, fomos obrigados a procurar a empresa a qual o edital está direcionado, a primeira foi o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, por dispensa de licitação, na forma do art. 24, XIII, ao que ao nosso ver, está correto.

O segundo contrato... Eureka! Achamos a empresa de nome fantasia, "TRANSFORMARE CURSOS PROFISSIONALIZANTES LTDA.", com nome empresarial de "JPCMAR FORMAÇÃO PROFISSIONAL, PROJETOS E EVENTOS LTDA", com endereço na Rua Ribeiro de Almeida, nº 220, centro de Maricá.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NUMERO DE INSCRIÇÃO 19.886.855/0001-29 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 06/03/2014
NOME EMPRESARIAL JPCMAR FORMACAO PROFISSIONAL, PROJETOS E EVENTOS LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) INSTITUTO EMBELLEZE		PORTO ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 85.99-6-99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 47.72-5-00 - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal 62.01-5-01 - Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda 62.01-5-02 - Web design 73.11-4-00 - Agências de publicidade 73.19-0-01 - Criação de estandes para feiras e exposições 73.19-0-03 - Marketing direto 73.20-3-00 - Pesquisas de mercado e de opinião pública 77.39-0-03 - Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes 82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo 82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas 85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial 96.02-5-01 - Cabeleireiros, manicure e pedicure 96.02-5-02 - Atividades de estética e outros serviços de cuidados com a beleza		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		

www.institutorosabranca.org

Av. Joaquim Ferreira de Magalhães, 997 - Centro Senador Pompeu/CE CEP.: 63600-000 – MATRIZ:
ITABIRAI – FILIAL: CEARA - PARCEIROS: ITAQUAQUECETUBA - SP/ OURO FINO e MONTE
ALEGRE - MG/ URUCUI-PI/ LAGOA VERMELHA – RS
CONTATO: (21) 99794-7540 – Anderson Farias

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO R RIBEIRO DE ALMEIDA		NÚMERO 220	COMPLEMENTO SALA 101 102 103 104 105 QUADRA AREA LOTE 0A
CNPJ 24.900-885	MUNICÍPIO CENTRO	MUNICÍPIO MARICA	UF RJ
ENDEREÇO ELETRÔNICO RJ.MARICA@INSTITUTOEMBELLEZE.COM		TELEFONE (21) 3731-3001/ (21) 3731-3001	

Só rememorando o suposto direcionamento para empresas localizadas no centro de Maricá, fls. 942/943, do Processo Administrativo nº 0243/2023), apontado em nossa peça impugnatória.

3.2. A necessidade de capacitar a população surge diante dos investimentos do poder público e do crescimento populacional do município. Os cursos devem ser realizados no município de Maricá no espaço alugado pela contratada no local de grande circulação urbana e de fácil acesso;

Inclusive, em nossa peça impugnatória questionamos esse ponto, vãos rememorar:

"Como posso precificar a locação, em um lugar que de grande circulação urbana e de fácil acesso que não seja o centro da cidade, já que o edital não especifica o lugar. Coisas que não soa passíveis de serem especificadas no edital e com padrões utilizados no mercado. Qual o tamanho das salas? As especificações? Etc. que não são definidas de forma clara e objetiva no edital e que não suscitam dúvidas aos licitantes no momento da elaboração das propostas"

Mas o que não sabíamos é que a empresa, localizada no centro da cidade, a qual foi direcionada a licitação, já tinha contratos com a Secretaria de Trabalho.

Inclusive, a futura contratada, a qual a licitação supostamente esta direcionada, já se antecipou em participar da feira das profissões que acontecerá após o feriado, a ser realizada pela Secretaria de Trabalho, onde pretende expor seus produtos já com o status de adjudicação e homologação, a qual feira deveria estar uma Organização da

sociedade Civil, a capacitada, juridicamente perante a legislação, para disputar, por meio de Chamamento Público, Parceria para o fornecimento dos serviços. Vejamos:

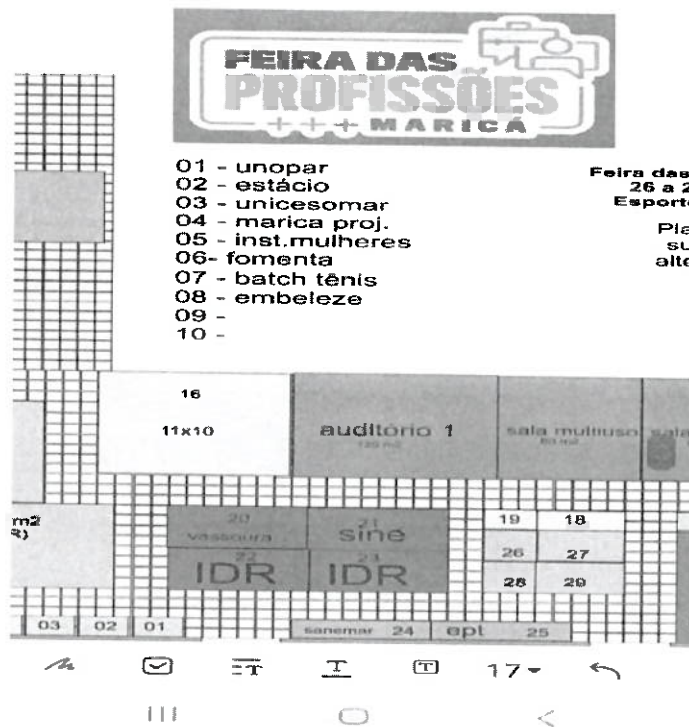


Compartilhe:     

A Prefeitura de Maricá, por meio da Secretaria de Trabalho, promove entre os dias 17 e 19/11 a Feira das Profissões, pensada para ser uma grande vitrine das oportunidades profissionais que oferecem na cidade nos próximos anos. O evento, com início à partir das 10h, será realizado no Esporte Clube Maricá, no Centro (ao lado do mesmo estádio montado para o Expo Maricá) e terá estandes de empresas públicas e privadas, além de instituições de ensino técnico e universitário. No evento também será lançado um aplicativo voltado para as áreas, renda e autonomia da cidade.

www.institutorosabranca.org

Av. Joaquim Ferreira de Magalhães, 997 - Centro Senador Pompeu/CE CEP.: 63600-000 - MATRIZ:
ITABIRAI - FILIAL: CEARA - PARCEIROS: ITAQUAQUECETUBA - SP/ OURO FINO e MONTE
ALEGRE - MG/ URUCUI-PI/ LAGOA VERMELHA - RS
CONTATO: (21) 99794-7540 - Anderson Farias



Enfim, poderíamos aqui estender nossa peça impugnatória citando a vedação prevista no art. 9º, I, alínea “b”, da Lei nº 14.133; do Princípio da Impessoalidade, que visa impedir que interesses pessoais sejam sobrepostos ao interesse público, em prejuízo à competitividade; fraude em licitações dos arts. 337.L e 3337 F, da Lei de Licitações, que preveem pena de 08 anos e multa; jurisprudência dos tribunais, falta de transparência, etc. Mas entendemos que não há necessidade de denúncia ao TCE, Ministério Público, etc., pois rogamos apenas para que o Edital seja **CANCELADO POR DEFINITIVO**, sem mais publicações subjetivas e que seja aberto um Chamamento Público para formalizar parceria com Organização da Sociedade Civil, nos moldes da Lei nº 13.019/2014.

Por fim, apensamos o Contrato com a empresa a ser supostamente beneficiada com esta Municipalidade, demonstrando que se trata do mesmo Termo de Referência, alertando para o atual Ordenador de Despesas não cometer esse erro de contratar os serviços por meio de Licitação na Modalidade Pregão.

E, também:

- a) Que caso não seja **ANULADO** o Processo Licitatório, que apresente, **DESTA VEZ**, as razões devidamente justificadas em 03 (três) dias, divulgada no sítio eletrônico da prefeitura, na forma do art. 164, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- b) Ainda, requer, **NOVAMENTE**, que seja franqueado acesso a cópias integrais dos autos ou que seja enviado digitalizado para esta Instituição pelo e-mail institutorosabranca28@gmail.com, dos autos de capa a capa, com fundamento no art. 5º, XIV, da CFRB, bem como na Lei nº 12.527/2011.art.11, §1 e 5º.

Por fim, apesar de todos os pontos acima destacados, estamos, **MAIS UMA VEZ**, certos da lisura e bom senso dessa Ilmo. Comissão de Licitação, bem como do Ilmo. Secretário que irá reavaliar de maneira criteriosa o processo licitatório, fundamentando na forma da lei as deliberações para a devida **ANULAÇÃO** desse Edital vicioso. Entretanto, na inobservância a lei, **NÃO TEREMOS OUTRA ALTERNATIVA**, a não ser remeter cópia desta peça impugnatória às autoridades competentes, tais como: Ministério Público de Contas, Tribunal de Conta de Estado do Rio de Janeiro, Ministério Público, além das medidas judiciais cabíveis para a plena proteção do direito.

Nestes Termos,

Pede deferimento,

Rio de Janeiro, 05 de outubro de 2023.



Documento assinado digitalmente
ANDERSON FARIAS PINTO
Data: 06/10/2023 10:44:43-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

ANDERSON FARIAS PINTO
PRESIDENTE DO INSTITUTO ROSA BRANCA

11910
2020

PREFEITURA DE MARICÁ
Processo nº 20.673/23
Data de Início: 06/10/23
Fim: 20

Jose Luis Coutinho da Silva
Tabelião Substituto
Mat.: 94/0425 CGJ/RJ

SERVIÇO NOTARIAL

**Ata da Assembleia Geral Extraordinária
Do Instituto Lagos – ILAGOS
CNPJ: 10.962.062/0001-38**

No dia 13 de novembro de 2020, em sua sede Social, citada na Praça Marechal Floriano Peixoto, nº 259 – 2º andar – Centro – Itaboraí – RJ – CEP: 24800-165, reúnem-se as dezenove horas, por convocação do Diretor Presidente por meio de fixação de edital no quadro de aviso do Instituto datada no dia 02 novembro de 2020. Os integrantes do Instituto Lagos, a seguir presentes: **Anderson Farias Pinto, Francine Távora Lopes Pereira, Roberta Vieira Moura, Renato Farias Pinto, Margarida Renttzyz, Tatiane de Menezes Chagas, Maria das Graças Farias Marinho, Jurema dos Santos Farias Duarte, Ademir dos Santos Pereira Junior, Genilson do Nascimento Boechat**; estando presente o Srº Denilson Verissimo Monteiro, casado, brasileiro, Técnico em Administração, data de nascimento 18/10/1965, data de expedição 06/12/2013 do RG, inscrito no RG sob nº 067917120 DICRJ, inscrito no CPF sob nº 012.791.997-09, Filiação: Manoel Torres Monteiro; Nilda Verissimo Monteiro, residente Rua Manoel Monteiro, nº 31, Venda das Pedras, Itaboraí, RJ, CEP: 24800-4787, para que este seja aprovado como novo assosiado do Instituto.

O senhor Presidente Anderson Farias Pinto, informa que o quorum exigido pelo estatuto foi obedecido e pede para compor a mesa para secretariar a sessão o Drº Sandro Egidio Maciel de Andrade, e explica que será preciso aceitar novos assosiadados, e eleger novos membros do Conselho de Administração, do Quadro da Diretoria e do Conselho Fiscal, e do Conselho de Notória Capacidade Profissional, pois os mandatos se encerram no dia 18 de dezembro de 2020, e devemos realizar novas eleições, alteração estatutaria e alteração da Razão Social, após a ciência aos presentes sobre a matéria constante da ordem do dia desta reunião, a saber:

1 – Assembleia Geral conforme requer o artigo 16, inciso I, VI XI do referido Estatuto para deliberar atribuições sobre o artigo 18, I, artigo 19, I, artigo 21, do próprio Estatuto, artigo 29 do estatuto, e precisa e aceitar novos membros, conforme prevê o artigo 42 e eleger novos membros do Conselho de Administração, do Quadro da Diretoria e do Conselho Fiscal, e do Conselho de Notória Capacidade Profissional, pois os mandatos se encerram no dia 18 de dezembro de 2020, e devemos realizar novas eleições e alteração estatutaria, inclusão do inciso I ao artigo 1, alteração do inciso III e V do artigo 12, inclusão dos incisos XIV e XV ao artigo 16, alteração do artigo 24 CAPUT, alteração do § 1 do artigo 24 e alteração do artigo 27, alíneas "a", "h", alteração do artigo 38 CAPUT do estatuto e alteração da Razão Social.

Assembleia Geral conforme requer o artigo 16, inciso I, VI XI do referido Estatuto para deliberar atribuições sobre o artigo 18, I, artigo 19, I, artigo 21, do próprio Estatuto, artigo 29 do estatuto e precisa e aceitar novos membros, conforme prevê o artigo 42 e eleger novos assosiadados do Conselho de Administração, do Quadro da Diretoria e do Conselho Fiscal, e do Conselho de Notória Capacidade Profissional, pois os mandatos se encerram no dia 18 de dezembro de 2020, e devemos realizar novas eleições e alteração estatutaria, inclusão do inciso I ao artigo 1, alteração do inciso III e V do artigo 12, inclusão dos incisos XIV e XV ao artigo 16, alteração do artigo 24 CAPUT, alteração do

Praça Marechal Floriano Peixoto, 259 2º andar - Centro – Itaboraí / RJ CEP: 24800-165

Tels.: 21.2533-1498 – Organização Social – OSS

CNPJ: 10.962.062/0001-38 Inscrição Municipal: 1031701

Sandro Egidio M. de Andrade
OAB RJ 123537
CPF 010.161.237-01

PROTÓCOLO
Nº 1190
Lº 41
Data 13/11/2020

SERVIÇO NOTARIAL
PREFEITURA DE MARICÁ
Processo nº 20.613/23
Data de Início: 06/10/23
Publica: 8 Fis: 21

Jose Luiz Coutinho da Silva
Tabelião Substituto
Mat.: 94/0425 CGJ/RJ

§ 1 do artigo 24 e alteração do artigo 27, alíneas "a", "h", alteração do artigo 38 CAPUT do estatuto e alteração da Razão Social. O Srº Presidente pede aos presentes que aceite como novo associado do Instituto conforme prevê o artigo 42 do estatuto o Srº Denilson Verissimo Monteiro, casado, brasileiro, Técnico em Administração, data de nascimento 18/10/1965, data de expedição 06/12/2013 do RG, inscrito no RG sob nº 067917120 DICRJ, inscrito no CPF sob nº 012.791.997-09, Filiação: Manoel Torres Monteiro; Nilda Verissimo Monteiro, residente Rua Manoel Monteiro, nº 31, Venda das Pedras, Itaboraí, RJ, CEP: 24800-4787, sendo aceito por todos. Seguindo, a matéria, o Presidente pede que seja eleito o Conselho de Administração com mandato de (04) anos conforme prevê o artigo 24, parágrafo primeiro do estatuto com início da posse em 18/12/2020 e término em 17/12/2024, e que os integrantes eleitos devem renunciar as suas funções executivas, conforme prevê o artigo 29 do estatuto.

Para o Conselho de Administração sendo eleita o Srº Tatiane de Menezes Chagas, casada, brasileira, Pedagoga, data de nascimento 10/06/1981, portadora do RG sob nº 20037916-2, IFP, data de expedição 11/06/2007, inscrita no CPF sob nº 09686629785, Filiação; Paulo Cesar Chagas, Genair de Menezes Chagas, residente na Estrada dos Argentinos, nº 18 QI, Manilha, Itaboraí, Rio de Janeiro, CEP: 24800-000, a Srº Francine Távora Lopes Pereira, casada, brasileira, Técnica em Administração, data de nascimento 11/09/1980, portadora do RG sob nº 128798394, data de expedição 06/08/1998, IFP, inscrita no CPF sob nº 091.100.217-01, Filiação; Carmen Lúcia Távora Pereira; Elieilson Lopes Pereira, residente na Travessa costa costa, nº 178, neves, São Gonçalo, Rio de Janeiro, CEP: 24425-710, a Srº Roberta Vieira Moura, casada, brasileira, Técnica de Radiologia, data de nascimento 03/12/1982, portadora do CPF sob o número 102.953.477-24, RG 17595TCRTRJ, data de expedição 14/01/2013, Filiação; Paulo Roberto Carvalho de Moura, Arilda Santos Vieira Moura, residente na Rua Paulino Siqueira, nº 38, Praça Cruzeiro, Rio Bonito, Rio de Janeiro, CEP: 28800-000, o Srº Ademir dos Santos Pereira Junior, casado, brasileiro, Administrador de Empresa, data de nascimento 14/10/1970, portador do CPF sob número 984.255.107-59, inscrito no RG sob número 081087199 IFP, data de expedição 18/11/2016, Filiação; Ademir da Silva Pereira, Marlene dos Santos Pereira, residente na Travessa costa, nº 122, neves, São Gonçalo, Rio de Janeiro, CEP: 24425-710, ambos com mandato de (04) anos, com a posse iniciará em 18/12/2020 à 17/12/2024, após os membros indicados ao Conselho de Administração, sendo aprovado pelos presentes, o Srº Presidente Anderson, pede ao Conselho de Administração que eleja entre seus pares, o Presidente do Conselho de Administração, os pares presentes indicam para a Presidência do Conselho de Administração a Srº Tatiane de Menezes Chagas, casada, brasileira, Pedagoga, data de nascimento 10/06/1981, portadora do RG sob nº 20037916-2 IFP, data de expedição 11/06/2007, inscrita no CPF sob nº 09686629785, Filiação; Paulo Cesar Chagas, Genair de Menezes Chagas, residente na Estrada dos Argentinos, nº 18 QI, Manilha, Itaboraí, Rio de Janeiro, CEP: 24800-000, com mandato de (02) dois anos conforme prevê o artigo 24, § 3 do estatuto, com posse iniciará em 18/12/2020, sendo aprovada por este Conselho de Administração.

Dando andamento, o Srº Presidente pede ao Conselho de Administração que indique o Profissional ao Conselho de Notória Capacidade Profissional, este Conselho de Administração indica o Drº Genilson do Nascimento Boechat, brasileiro, casado, Médico CREMERJ Nº 52-64149-9, expedida em

Praça Marechal Floriano Peixoto, 259 2º andar - Centro - Itaboraí / RJ CEP: 24800-165
Tels.: 21.2533-1498 - Organização Social - OSS

CNPJ: 10.962.062/0001-38 Inscrição Municipal: 1031701

Sando Emanoel de Andrade
OAB RJ 125537
CPF 010.161.237-01

anos conforme prevê o artigo 31, § 1 do estatuto, sendo indicado pelo Conselho de Administração para o cargo de Diretor Presidente o Srº Anderson Farias Pinto, brasileiro, casado, Bacharel Direito, data de nascimento 19/04/1979, portador do RG sob nº 123698938 IFP, data de expedição 19/05/1997, inscrito no CPF sob nº 08502837796, Filiação; Carmen Lúcia Farias Pinto, Otacílio Vaz Pinto, residente na Travessa Costa nº 178, Neves, São Gonçalo, Rio de Janeiro, CEP: 24425-710, para o cargo de Diretor Financeiro o Srº Renato Farias Pinto, brasileiro casado, Analista Financeiro, data de nascimento 05/01/1981, portador do RG sob nº 121365738 IFP, data de expedição 09/06/1996, inscrito no CPF sob nº 08768807740, Filiação; Carmen Lúcia Farias Pinto, Otacílio Vaz Pinto, domiciliado na Estrada dos Argentino, nº 18 QI, Manilha, Itaboraí, Rio de Janeiro, CEP: 24800-000, para o cargo de Diretor Administrativo o Srº Denilson Verissimo Monteiro, casado, brasileiro, Técnico em Administração, data de nascimento 18/10/1965, data de expedição 06/12/2013 do RG, inscrito no RG sob nº 067917120 DICRJ, inscrito no CPF sob nº 012.791.997-09, Filiação: Manoel Torres Monteiro; Nilda Verissimo Monteiro, residente Rua Manoel Monteiro, nº 31, Venda das Pedras, Itaboraí, RJ, CEP: 24800-4787, sendo aprovado pelo Conselho de Administração a nova Diretoria, com início da posse em 18/12/2020 e término em 17/12/2024.

Segundo, o Srº Presidente pede aos membros presente que indiquem o novo Conselho Fiscal, com mandato de (04) quatro anos com início da posse em 18/12/2020 e conforme prevê o artigo 38, III do estatuto, sendo indicados, a Srº Jurema dos Santos Farias Duarte, brasileira, casada, Pedagoga, data de nascimento 26/10/1962, portador do RG sob nº 070103718, IFP, data da expedição 10/06/1997, inscrita no CPF sob nº 00468891757, Filiação; Gervasio Farias, Vilma dos Santos Farias, residente na Av do Canal, nº 12 AP 102, vila Lage, São Gonçalo, Rio de Janeiro, CEP: 24426-260, a Srº Maria das Graças Farias Marinho, divorciada, brasileira, Técnica em Administração, data de nascimento 09/10/1967, portadora do RG sob nº 085988293 IFP, data de expedição 25/01/2005, inscrita no CPF sob nº 00468888705, Filiação; Gervasio Farias, Vilma dos Santos Farias, residente na Rua Drº Alberto Torres, nº 2164 AP 505, neves – São Gonçalo - Rio de Janeiro, CEP: 24426-260, a Srº Margarida Henttyzy, divorciada, brasileira, Pedagoga, data de nascimento 16/06/1948, portadora do CPF sob número 48166200791, RG sob número 126751684, IFP, data de expedição 07/03/2006, Filiação; Lídio Helmério Henttyzy, Benedita Henttyzy, residente Rua João Cesarino, nº 336, Alcântara, São Gonçalo Rio de Janeiro, CEP: 24710-380, sendo aprovado por todos, com início da posse em 18/12/2020 e término em 17/12/2024.

Segundo o item da matéria, o Srº Presidente, apresenta a nova redação do estatuto e com suas alterações, sendo incluído o inciso I ao artigo 1 do estatuto, alteração do artigo 12, inciso III e V, inclusão do inciso XIV e XV, ao artigo 16 do estatuto, alteração do artigo 24, CAPUT, e Parágrafo Primeiro do artigo, alteração do artigo 27, alíneas "a", "h", alteração do artigo 38 CAPUT do estatuto, sendo aprovado por todos os presentes.

Após a deliberação do item da matéria, a Srº Presidente coloca em pauta a alteração da Razão Social, com o nome de INSTITUTO ROSA BRANCA, nome fantasia "ROSA BRANCA", sendo a nova Razão Social aprovada por todos os presentes, seguindo, após alterado e aprovado todos os itens da matéria do dia, Srº Presidente faz uma breve leitura da ata, com sua reformulação, e após lida sendo aprovada

11910
17 11 2010

PREFEITURA DE MARICÁ
Processo nº 20613/23
Data de Início: 06/10/23
Rubrica: 8 Fls: 23

José Luiz Coutinho da Silva
Tabelião Substituto
Mat: 94/0425 CGJ/RJ

todos os presentes, nada mas havendo a tratar o Srº Presidente suspende a sessão as vinte horas para que seja lavrada a ATA.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO LAGOS – ILAGOS

MEMBROS	PROFISSÃO	CARGOS
Tatiane de Menezes Chagas	Pedagoga	PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Roberta Vieira Moura	Técnica em Radiologia	MEMBRO CONSELHO ADMINISTRAÇÃO
Francine Távora Lopes	Técnica em Administração	MEMBRO CONSELHO ADMINISTRAÇÃO
Ademir dos Santos Pereira Junior	Administrador de Empresa	MEMBRO CONSELHO ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE NOTÓRIA CAPACIDADE PROFISSIONAL ELEITOS PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO LAGOS – ILAGOS

MEMBROS	PROFISSÃO	CARGOS
Genilson do Nascimento Boechat	MÉDICO	CONSELHEIRO

24º OFÍCIO DE NOTAS - José Mario Pinheiro Pinto 089607A1404229
Avenida Almirante Barroso, 139 - C. Centro - Rio de Janeiro - Telefone: (21) 3553-6021

AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fe que a presente cópia é a reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original.
Rio de Janeiro, 9 de Janeiro de 2023.

MIGUEL ARCANJO DA COSTA GABRAL
Emolumentos: R\$ 7,41 - TJ+Fundos: R\$ 3,82+2,38 Total: R\$ 12,91
Selo: EEKU33620-ACE - Consulte em <http://www4.tjrj.jus.br/Portal-ExtraJudicial/consultaseio/>



Sendo Egitto M. de Andrade
OAB/RJ 123537
CPF 010.161.237-01

PREFEITURA DE MARICÁ
Processo nº 26613/23
Data de Início: 06/10/23
Folha: 8 Fis: 24

João Luiz Coutinho da Silva
Tabelião Substituto
Matr.: 94/0425 CGJ/RJ

DIRETORIA DO INSTITUTO LAGOS – ILAGOS

MEMBROS	PROFISSÃO	CARGOS
Anderson Farias Pinto	BACHAREL EM DIREITO	DIRETOR PRESIDENTE
Renato Farias Pinto	GESTÃO FINANCEIRA	DIRETOR FINANCEIRO
Denilson Verissimo monteiro	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	DIRETOR ADMINISTRATIVO

CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO LAGOS – ILAGOS


MEMBROS	PROFISSÃO	CARGOS
Margarida Henttyzy	Pedagoga	MEMBRO CONSELHO FISCAL
Maria das Graças Farias Marinho	Técnica em Administração	MEMBRO CONSELHO FISCAL
Jurema dos Santos Farias Duarte	Pedagoga	MEMBRO CONSELHO FISCAL

As vinte horas e trinta minutos o Presidente retorna a sessão faz uma breve leitura da ata, nada mas encerra-se a sessão.

24º OFÍCIO DE NOTAS - José Mario Pinheiro Pinto 089607AM04230
Avenida Almirante Barroso, 139 - C - Centro - Rio de Janeiro - Telefone: (21) 3553-6021

AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original.
Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 2023. -5696

MIGUEL ARCANJO DA COSTA CABRAL
Emolumentos: R\$ 7,41 - T.J.+Fundos: R\$ 3,02+2,48 Total: R\$ 12,91
Selo: EEKU3521-AMR - Consulte em <http://www4.tjrj.jus.br/Portal-ExtraJudicial/consultaselo/>



Sando Egídio M. de Andrade
OAB/RJ 123537
CPF 010.161.237-01

Praça Marechal Floriano Peixoto, 259 2º andar - Centro - Itaboraí / RJ CEP: 24800-165
Tels.: 21.2533-1498 - Organização Social - OSS
CNPJ: 10.962.062/0001-38 Inscrição Municipal: 1031701

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
Certifico que o presente documento foi protocolado sob o nº 11910, no livro 4A, em 17/11/2020 e registrado sob o nº 0519 às folhas 169 do livro A100 em 21/12/20.

Selo Eletrônico de Fiscalização:
EDCM 90184 ILB
Consulte a validade do Selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>
Custas: Emol+ FETJ + FUNDPERJ +
FUMPERJ + FUNARPEN + PNCMV. Total: R\$288,78.

088171AA389300

PREFEITURA DE MARICÁ
Processo nº 26.613/23
Data de Início: 06/10/23



João Luiz Camargo da Silva
Substituto
Mat.: 94/0425 CGJ/RJ

João Luiz Camargo da Silva
Tabelião Substituto
Mat.: 94/0425 CGJ/RJ

JOSE LUIZ CAMARGO DA SILVA
02/10/2023

Itaboraí, 13 de novembro de 2020

ANDERSON FARIAS PINTO
DIRETOR PRESIDENTE

Sandro Egidio M. de Almeida
ANDRADE
ADVOGADO



Tatiane de Menezes Chagas
TATIANE DE MENEZES CHAGAS

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



4º OFÍCIO DE JUSTIÇA DE NITERÓI - RJ
Escritório, Promotoria, Defensoria, Autuação, Rec. Flavia, Títulos e Documentos e Processos Judiciais

Al. Enand da Jansen Pádua, 610 - Lapa 101 - Centro - Niterói - RJ - CEP: 24090-077 - Tel/Fax: (21) 2008-6000 / 2008-2100 / 2008-2101

088672AAS64287

Reconheço por semelhança a firma de: SANDRO EGIDIO
MACIEL DE ANDRADE (X000000A72E7)
Niterói, 17 de novembro de 2020. Conf:

EM TEST. _____ da verdade. TJ+ISS: 2.20
Julia Silva Marçal - Escrevente Total: 8.02
EDPC-07119 DOZ Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

4º Ofício de Justiça de Niterói
Julia Silva Marçal
Escrevente
17/11/2020

1º SERVIÇO NOTARIAL DE ITABORAÍ - RJ
RUA PRINCEZA D. S. SANTOS, 57 - CENTRO - CEP: 26000-000 - E-MAIL: NOTARIAL@ITABORAIRJ.JUS.BR
NOTÁRIO JOSÉ CARLOS ROBERTO MARTINS

082094AAS13059



Reconheço as firmas por Semelhança de:
ANDERSON FARIAS PINTO *****
TATIANE DE MENEZES CHAGAS *****
Emols: R\$ 11,64. Fetj: R\$ 2,32. Fundperj: R\$ 0,58. Funperj: R\$ 0,58
Funarpen: R\$ 0,46. Pncmv: R\$ 0,22. Iss: R\$ 0,58. Total: R\$ 16,38.
ITABORAÍ - RJ/RJ, 17/11/2020
FELIPE R. S. RODRIGUES. Em test. _____ da verdade. Conf
EDPI 08174 CUX, EDPI 08175 VGX Consulte <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Praça Marechal Floriano Peixoto, 259 2º andar - Centro - Itaboraí / RJ CEP: 24800-165
Tels.: 21.2533-1498 - Organização Social - OSS
CNPJ: 10.962.062/0001-38 Inscrição Municipal: 1031701

11910
42
17 11 2020

LISTA DE PRESENÇA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Do INSTITUTO LAGOS

CNPJ: 10.962.062/0001-38

Jose Luiz Coutinho da Silva
Tabelião Substituto
Mat.: 94/0425 CGJ/RJ

Lista de presente da reunião da Assembleia Geral Extraordinária do Instituto Lagos - ILAGOS, datada no dia 13 de novembro de 2020, às dezenove horas, em sua sede Social, citada na Praça Marechal Floriano Peixoto, nº 259 - 2º andar - centro - Itaboraí - RJ - CEP: 24800-165, por convocação do senhor PRESIDENTE, segue os presentes.

Anderson Farias Pinto

Tatiane de Menezes Chagas

Maria das Graças Farias Marinho

Jurema dos Santos Farias Duarte

Margarida Renttzy

Roberta Vieira Moura

Francine Távora Lopes Pereira

Renato Farias Pinto

Ademir dos Santos Pereira Junior

Denilson Veríssimo Monteiro

Sandro Egidio M. de Almeida

24

24º OFÍCIO DE NOTAS - José Mario Pinheiro Pinto 089807A1404232
Avenida Almirante Barros, 139 - C - Centro - Rio de Janeiro - Telefone: (21) 3553-6021

AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original.
Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 2023.



MIGUEL ARCANJO DA COSTA CABRAL

Emolumentos: R\$ 7,41 - TJ+Fundos: R\$ 3,02+2,48 Total: R\$ 12,91

Selo: EEKUS3623-AOM - Consulte em <http://www4.tjrj.jus.br/Portal-Extrajudicial/consultaselo/>

11910
42
17 11 2020

PREFEITURA DE MARICÁ

Processo nº 206 13/23

Data de Início: 06/10/23

Reunio: Fis: 27

Pro. Luiz Coutinho de Sá
Tabelião Substituto
Mat.: 94/0425 CGJ/RJ

**LISTA DE PRESENÇA DA DIRETORIA, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, E DO
CONSELHO FISCAL DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

DO INSTITUTO ROSA BRANCA

CNPJ: 10.962.062/0001-38



Lista de presente da DIRETORIA, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, E DO CONSELHO FISCAL, reunião da Assembleia Geral Extraordinária do Instituto Rosa Branca – Rosa Branca, datada no dia 13 de novembro de 2020, às dezenove horas, em sua sede Social, citada na Praça Marechal Floriano Peixoto, nº 259 – 2º andar – Centro – Itaboraí – RJ, CEP: 24800-165, por convocação do senhor PRESIDENTE, segue os presentes.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Tatiane de Menezes Chagas, casada, brasileira, Pedagoga, data de nascimento 10/06/1981, portadora do RG sob nº 20037916-2, IFP, data de expedição 11/06/2007, inscrita no CPF sob nº 09686629785, Filiação; Paulo Cesar Chagas, Genair de Menezes Chagas, residente na Estrada dos Argentinos, nº 18 QI, Manilha, Itaboraí, Rio de Janeiro, CEP: 24800-000,

Francine Távora Lopes Pereira, casada, brasileira, Técnica em Administração, data de nascimento 11/09/1980, portadora do RG sob nº 128798394, data de expedição 06/08/1998, IFP, inscrita no CPF sob nº 091.100.217-01, Filiação; Carmen Lúcia Távora Pereira; Elielson Lopes Pereira, residente na Travessa costa costa, nº 178, neves, São Gonçalo, Rio de Janeiro, CEP: 24425-710,

Roberta Vieira Moura, casada, brasileira, Técnica de Radiologia, data de nascimento 03/12/1982, portadora do CPF sob o número 102.953.477-24, RG 17595TCRTRJ, data de expedição 14/01/2013, Filiação; Paulo Roberto Carvalho de Moura, Arilda Santos Vieira Moura, residente na Rua Paulino Siqueira, nº 38, Praça Cruzeiro, Rio Bonito, Rio de Janeiro, CEP: 28800-000,

Ademir dos Santos Pereira Junior, casado, brasileiro, Administrador de Empresa, data de nascimento 14/10/1970, portador do CPF sob número 984.255.107-59, inscrito no RG sob número 081087199 IFP, data de expedição 18/11/2016, Filiação; Ademir da Silva Pereira, Marlene dos Santos Pereira, residente na Travessa costa, nº 122, neves, São Gonçalo, Rio de Janeiro, CEP: 24425-710

Praça Marechal Floriano Peixoto, 259 2º andar - Centro – Itaboraí / RJ CEP: 24800-165
Tels.: 21.2533-1498 – Organização Social – OSS
CNPJ: 10.962.062/0001-38 Inscrição Municipal: 1031701

Sando Egídio M. de Andrade
OAB/RJ 123537
CPF 010.161.237-01

DIRETORIA

Diretor Presidente Anderson Farias Pinto, brasileiro, casado, Bacharel Direito, data de nascimento 19/04/1979, portador do RG sob nº 123698938 IFP, data de expedição 19/05/1997, inscrito no CPF sob nº 08502837796, Filiação; Carmen Lúcia Farias Pinto, Otacílio Vaz Pinto, residente na Travessa Costa nº 178, Neves, São Gonçalo, Rio de Janeiro, CEP: 24425-710,

Diretor Financeiro o Srº Renato Farias Pinto, brasileiro casado, Analista Financeiro, data de nascimento 05/01/1981, portador do RG sob nº 121365738 IFP, data de expedição 09/06/1996, inscrito no CPF sob nº 08768807740, Filiação; Carmen Lúcia Farias Pinto, Otacílio Vaz Pinto, domiciliado na Estrada dos Argentino, nº 18 QI, Manilha, Itaboraí, Rio de Janeiro, CEP: 24800-000,

Diretor Administrativo o Srº Denilson Verissimo Monteiro, casado, brasileiro, Técnico em Administração, data de nascimento 18/10/1965, data de expedição 06/12/2013 do RG, inscrito no RG sob nº 067917120 DICRU, inscrito no CPF sob nº 012.791.997-09, Filiação: Manoel Torres Monteiro; Nilda Verissimo Monteiro, residente Rua Manoel Monteiro, nº 31, Venda das Pedras, Itaboraí, RJ, CEP: 24800-4787

CONSELHO FISCAL

Jurema dos Santos Farias Duarte, brasileira, casada, Pedagoga, data de nascimento 26/10/1962, portador do RG sob nº 070103718, IFP, data da expedição 10/06/1997, inscrita no CPF sob nº 00468891757, Filiação; Gervasio Farias, Vilma dos Santos Farias, residente na Av do Canal, nº 12 AP 102, vila Lage, São Gonçalo, Rio de Janeiro, CEP: 24426-260.

Maria das Graças Farias Marinho, divorciada, brasileira, Técnica em Administração, data de nascimento 09/10/1967, portadora do RG sob nº 085988293 IFP, data de expedição 25/01/2005, inscrita no CPF sob nº 00468888705, Filiação; Gervasio Farias, Vilma dos Santos Farias, residente na Rua Drº Alberto Torres, nº 2164 AP 505, neves – São Gonçalo - Rio de Janeiro, CEP: 24426-260

Margarida Henttyzy, divorciada, brasileira, Pedagoga, data de nascimento 16/06/1948, portadora do CPF sob número 48166200791, RG sob número 126751684, IFP, data de expedição 07/03/2006, Filiação; Lídio Helmério Henttyzy, Benedita Henttyzy, residente Rua João Cesarino, nº 336, Alcântara, São Gonçalo Rio de Janeiro, CEP: 24710-380



Praça Marechal Floriano Peixoto, 259 2º andar - Centro - Itaboraí / RJ CEP: 24800-165
Tels.: 21.2533-1498 - Organização Social - OSS
CNPJ: 10.962.062/0001-38 Inscrição Municipal: 1031701

Sando Egídio M. de Andrade
OAB RJ 123537
CPF 010.161.237-01

João Luiz Coutinho da Silva
Tabelião Substituto
OAB RJ 94/0425 CGJ/RJ

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

INSTITUTO LAGOS – ILAGOS

Ficam convocados todos os associados do INSTITUTO LAGOS a se reunirem em assembleia Geral Extraordinária que será realizada as 19:00hs, do dia 13 de novembro de 2020, na sede do Instituto, na Praça Marechal Floriano Peixoto, nº 259 – 2º andar – centro – Itaboraí – RJ, CEP : 24800-165, para deliberação da seguinte ordem do dia.

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

1 – Assembleia Geral conforme requer o artigo 16, inciso I, VI XI do referido Estatuto para deliberar atribuições sobre o artigo 18, I, artigo 19, I, artigo 21, do próprio Estatuto, artigo 29 do estatuto, e precisa e aceitar novos membros, conforme prevê o artigo 42 e eleger novos membros do Conselho de Administração, do Quadro da Diretoria e do Conselho Fiscal, e do Conselho de Notória Capacidade Profissional, pois os mandatos se encerram no dia 18 de dezembro de 2020, e devemos realizar novas eleições e alteração estatutária, inclusão do inciso I ao artigo 1, alteração do inciso III e V do artigo 12, inclusão dos incisos XIV e XV ao artigo 16, alteração do artigo 24 CAPUT, alteração do § 1 do artigo 24 e alteração do artigo 27, alíneas "a", "h", alteração do artigo 38 CAPUT do estatuto e alteração da Razão Social.

Itaboraí, 02 de novembro de 2020

24º OFÍCIO DE NOTAS - José Mario Pinheiro Pinto 089607A/04235
Avenida Almirante Balthazar, 139 - C. Centro - Rio de Janeiro - Telefone: (21) 3553-6021

AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original.
Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 2023. 3-5698

MIGUEL ARCANJO DA COSTA CABRAL
Emolumentos: R\$ 7,41 - TJ+Fundos: R\$ 3,02+2,48 Total: R\$ 12,91
Selo: EEKU33826-ANC - Consulte em <http://www4.tjrj.jus.br/Portal-ExtraJudicial/consultaselo/>

ANDERSON FARIAS PINTO
DIRETOR PRESIDENTE
INSTITUTO LAGOS

Praça Marechal Floriano Peixoto, 259 2º andar - Centro - Itaboraí / RJ CEP: 24800-165
CNPJ: 10.962.062/0001-38 Inscrição Municipal: 1031701 - Organização Social
e-mail: institutoilagoss@gmail.com / www.ilagos.org

Nº 11910
Lº 42 Fis. -
Data 17/11/2020

DÉCIMA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO

INSTITUTO ROSA BRANCA – ROSA BRANCA

Registro do Estatuto Primitivo, sob o número de registro 4359

Folha 105 do livro A -25

ESTATUTO

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA, SEDE, FILIAL E FINALIDADES.

DA DENOMINAÇÃO

Art. 1º - O **INSTITUTO ROSA BRANCA**, é uma associação civil de sem fins lucrativos, sendo fundada no dia primeiro do mês de maio de dois mil e nove, filantrópica, de caráter assistencial e social, sem vinculação a qualquer atividade de cunho político-partidário ou religioso, autônoma e independente, que regerá por este Estatuto e pelas normas legais pertinentes. Sendo indeterminado o seu tempo de duração, podendo o Conselho Diretor aprovar a criação de filiais e escritórios no país e/ou no exterior.

I - finalidade não-lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades, vedada a sua distribuição entre os seus sócios, associados, conselheiros, diretores ou doadores;

Art. 2º - O **INSTITUTO ROSA BRANCA**, tem Foro e Sede na Praça Marechal Floriano Peixoto, 259 – 2º andar – Centro – Itaboraí – RJ, CEP: 24800-165. FILIAL; Rua Joaquim Pinto de Souza, nº 643, Senador Carlos Jereisati – Pacatuba – CE, CEP: 61.814-176;

Art. 3º - O **INSTITUTO ROSA BRANCA** passará a ter como nome fantasia “**ROSA BRANCA**” em sua atuação, podendo utilizar-se da marca e da logomarca da Instituição.

Art. 4º - O **INSTITUTO ROSA BRANCA** atuará de forma beneficente, tendo por finalidade apoiar, gerir e desenvolver ações assistenciais e sociais nas áreas de saúde, segurança pública, educação, Gestão de Escolas, Creches, arte e esporte, meio ambiente, comunicação, cultura e lazer e saneamento, ciências e tecnologia, de igual forma, com atenção ao desenvolvimento econômico local no Brasil e em outros países, podendo, inclusive, atuar mediante formação

INSTITUTO ROSA BRANCA

CNPJ: 10.962.062/0001-38

Praça Marechal Floriano Peixoto, 259/2º andar - Centro – Itaboraí/RJ
Contato: institutorosabranca28@gmail.com; www.institutorosabranca.org

AP



PREFEITURA DE MARICÁ
Processo nº 20613123
Data de Início: 06/10/23
Rubrica: 31



de contratos de gestão, termos de parceria e convênios com membros da administração pública direta e indireta, através das seguintes linhas de atuação:

- a) ações de saúde, com atenção às afeitas a Estratégia da Saúde da Família, e com gerenciamento em Unidades de Pronto Atendimento, mediante operacionalização e execução de ações e serviços de saúde, sobre os pressupostos do Sistema Único de Saúde (SUS), Administração de Hospitais Públicos e Privados, proporcionando, em território definido, atenção integral e contínua a saúde dos indivíduos e da comunidade, com ações de promoção, proteção e recuperação da saúde.
- b) Manter hospitais, laboratórios, ambulatorios, clinicas, dispensários, e outros de natureza correlata; Apoiar, assessorar e gerenciar de forma complementar, serviços da saúde, tanto de natureza privada como publica;
- c) Promover a cooperação técnica-administrativa, assim como desenvolver ações no sentido de apoiar e realizar a gestão e a operacionalização de equipamentos, atividades e serviços de saúde como contratação de Médicos, Enfermeiros, Técnicos em Enfermagem, Técnicos em Raio-x, por Serviços de Sociedade por conta de participação – SCP, inclusive no que tange a assistência ambulatorial e hospitalar de alta e media complexidade, ao programa de saúde da família, entre outros; Promover a cultura, a defesa e a conservação do patrimônio histórico e artístico e estimular a produção de manifestações e bens culturais, formadores e informadores de conhecimento, cultura e memória;
- d) Realizar atividades diversas no sentido de promover espetáculos teatrais, de dança, circenses, shows musicais, dentre outras atividades culturais.
- e) Promover atividades dirigidas à educação, investindo na redução da vulnerabilidade de crianças e adolescentes aliada ao sucesso escolar, na implantação de novas metodologias de ensino, na inclusão social associada à educação, entre outras;
- f) Contribuir para o desenvolvimento de projetos socioambientais consistentes;
- g) Disseminar princípios e valores de inclusão social, assim como incentivar a participação de cidadãos, empresas e outras entidades públicas e privadas em projetos de cunho social, educacional, cultural, ambiental, entre outros, visando o desenvolvimento da cidadania e da responsabilidade social;
- h) Fomentar a elaboração de políticas públicas nas áreas afetadas aos seus objetivos;
- i) Divulgar informações, dados, trabalhos, estudos e documentos relacionados com seus objetivos, inclusive mediante a produção e distribuição de matérias didáticos, culturais, obras audiovisuais e editoriais, em especial filmes institucionais e documentários, assim com livros,

12813
18 10 2022

DM

INSTITUTO ROSA BRANCA
CNPJ: 10.962.062/0001-38

Praça Marechal Floriano Peixoto, 259/2º andar - Centro - Itaboraí/RJ
Contato: institutorosabranca28@gmail.com; www.institutorosabranca.org

AP



PREFEITURA DE MARICÁ
Processo nº 20613/23
Data de Início: 06/10/23
Rubrica: [assinatura] Fls. 32



revistas, publicações, entre outros, cuja temática relacione-se com suas finalidades estatutárias;

- j) Estimular a investigação científica realizar estudos e pesquisas e prestar serviços relacionados aos seus objetivos;
- l) Colaborar ou participar de programas governamentais ou desenvolvidos por entidades privadas ou da sociedade civil que afetem, ou seja, afins as suas áreas da atuação, podendo, inclusive, participar e/ou aceitar assentos em comitês, camarás, fóruns, redes e outros, assim como participar de outras pessoas jurídicas;
- m) Montar exposições, oficinas, laboratórios, Workshops, realizar cursos, aulas, simpósios, seminários, congressos, conferencias, palestras ou quaisquer outros eventos e/ou ações educacionais, para crianças, jovens ou adultos, inclusive treinamentos e/ou capacitação profissional, que tenham por foco os objetivos do **Instituto ROSA BRANCA** ;
- n) Desenvolver e organizar bancos de dados, produtos, ferramentas, equipamentos, entre outros, relativos às áreas de saber;
- o) Conceder bolsas, criar prêmios, concursos e outras ações de estímulos relacionadas com seus campos de atuação;
- p) Manter intercâmbio com pessoas nacionais e estrangeiras relacionadas com seu objetivos;
- q) Difundir e explorar marcas do **Instituto ROSA BRANCA** e outras que possua ou detenha os direitos de exploração.
- r) Receber doações em dinheiro de empresas privadas do Brasil e do Exterior, e receber Doações de Equipamentos de hospitais públicos ou privados;
- s) Poderá celebrar Contratos de Prestação de serviços em contratação de mão-de-obra, em todas atividades específicas como Engenharia civil, administração de condomínios, Limpeza, Manutenção de parques e Jardins, mão-de-obra educacional, mão-de-obra assistencial e Administrativa;
- Parágrafo Primeiro:** para a realização de seus objetivos, o **Instituto ROSA BRANCA** poderá celebrar contratos de gestão, convênios, termo de parceria, termo de colaboração, Fomento, acordo de cooperação Técnica, parcerias e outros instrumentos, com pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, assim como poderá se qualificar como Organização Social tanto junto aos entes federativos (União, Estados, Distritos Federal e Municípios), nos termos da legislação pertinente.

INSTITUTO ROSA BRANCA
CNPJ: 10.962.062/0001-38

Praça Marechal Floriano Peixoto, 259/2º andar - Centro - Itaboraí/RJ
Contato: institutorosabranca28@gmail.com; www.institutorosabranca.org

JP



Rosa Branca

PREFEITURA DE MARICÁ
Processo nº 20613/23
Data de Início: 06/10/23
Rubrica: [assinatura] Fls: 33



Parágrafo Segundo: No desenvolvimento de suas atividades, o **Instituto ROSA BRANCA** observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, cor, gênero ou religião.

Art. 5º - Para cumprimento do seu objeto social o **Instituto ROSA BRANCA**, poderá atuar ainda com a atualização de valor de marca e logomarca, comercialização de produtos e serviços, tais como publicações, fotografias, camisetas, resíduos reciclados e outros materiais pertinentes aos seus trabalhos, podendo ainda, participar de empresas comerciais, de prestação de serviços, de venda de publicidade em sua Home-Page e demais produtos de Comércio Solidário, desde que os resultados desta ação se revertam ao **Instituto ROSA BRANCA** de modo a permitir a continuidade de seus objetivos sociais.

I - Para o cumprimento do seu objeto social poderá ainda o **Instituto ROSA BRANCA** firmar empréstimos junto a Instituições Financeiras nacionais e/ou internacionais, desde que os valores advindos sejam revertidos para o atendimento às finalidades da própria Instituição.

PARÁGRAFO ÚNICO – O prazo de duração do **Instituto ROSA BRANCA** é indeterminado.

Capítulo II

DO PATRIMÔNIO E DO REGIME FINANCEIRO

Art. 6º O patrimônio do **Instituto ROSA BRANCA** será composto de:

- a) aportes financeiros diretamente da União, dos Estados e Municípios ou através de suas entidades da administração direta, indireta ou fundacional;
- b) auxílios, contribuições e subvenções de entidades públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras;
- c) doações ou legados;
- d) produtos de operações de crédito, internas ou externas, para financiamento de suas atividades;
- e) rendimentos próprios dos bens que possuir;
- f) rendas em seu favor constituídas por terceiros;
- g) rendimentos decorrentes de títulos, ações ou papéis financeiros de sua propriedade;

INSTITUTO ROSA BRANCA
CNPJ: 10.962.062/0001-38

Praça Marechal Floriano Peixoto, 259/2º andar - Centro - Itaboraí/RJ
Contato: institutorosabranca28@gmail.com; www.institutorosabranca.org

AP

12813
47
18 10 2022

DM



- h) usufrutos que lhe forem conferidos;
- i) juros bancários e outras receitas de capital;
- j) valores recebidos de terceiros em pagamento de serviços ou produtos;
- l) contribuições de seus associados.

Parágrafo Único: As rendas do **Instituto ROSA BRANCA** somente poderão ser utilizadas para manutenção de seus objetivos, admitida, todavia, a critério da Diretoria, o seu investimento para a obtenção de rendas, destinadas ao mesmo fim.

Art. 7º - O **Instituto ROSA BRANCA**, requer a não distribuição do patrimônio, inclusive em razão do desligamento, retirada ou falecimento entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores ou membros da entidade, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades.

Art. 8º - O **Instituto ROSA BRANCA** não remunera e nem concede vantagens e benefício por qualquer título, a seus conselheiros, mantenedores, instituidores, benfeitores ou equivalentes, em razão das competências ou funções que lhe são atribuídas pelo presente Estatuto, nesta condição, prestarem à organização social, ressalvada a ajuda de custo por reunião da qual participem, podendo, no entanto, contar com bolsistas, empregados, estagiários e voluntários, bem como a colaboração de servidores públicos e outros, além de atuar por meio de serviços de terceiros, pessoas físicas ou jurídicas, contratadas ou conveniadas, na forma da legislação específica.

Parágrafo Único - Compete a Administração a fixação da remuneração dos membros da Diretoria da Matriz e Diretoria Regionais;

Art. 9º - A administração financeira obedecerá ao orçamento anual, em que prevalecerão os princípios da unidade e da universalidade.

§ 1º - Os resultados do exercício serão lançados no fundo patrimoniais ou em fundos especiais, mediante proposta da Diretoria e aprovação da Assembleia Geral.

§ 2º - O exercício financeiro coincidirá com o ano civil.

Art. 10º - Previsão de incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de sua atividades, em caso de extinção ou desqualificação da entidade, ao patrimônio de outra organização social qualificada no Âmbito do Município ou Estado, da mesma área de atuação, ao patrimônio do Município e Estado, na proporção dos recursos e bens por este alocados;



PREFEITURA DE MARICÁ
Processo nº 26.613/23
Data de Início: 06/10/23
Folha: 35



Capítulo III

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 11º – A prestação de contas anual será feita à Assembleia Geral, até 31 de Dezembro, e, além de outros, conterà os seguintes elementos:

- I – balanço financeiro;
- II – balanço econômico;
- III – balanço patrimonial;
- IV – parecer do Conselho Fiscal.

Art. 12º - A prestação de contas da Instituição observará as seguintes normas:

- I - os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;
- II - a publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para o exame de qualquer cidadão;
- III - a realização de auditoria, inclusive por auditores externos e internos, independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto de Termo de Parceria, conforme previsto em regulamento;
- IV - a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita, conforme determina o parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal.
- V – obrigatoriedade de publicação, no Diário Oficial do Município ou Estado em que essa Organização estiver mantendo o contrato de gestão em execução ou outro meio de publicação válido, do contrato de gestão na íntegra, dos relatórios financeiros anuais e do relatório anual de execução do contrato de gestão; Esta Organização também irá publicar em seu site os relatórios financeiros anuais e do relatório anual de execução do contrato de gestão.

Capítulo IV

DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 13º – Os que subscrevem a ata de fundação do Instituto ROSA BRANCA são seus membros fundadores e constituem-se em sua Assembleia Geral.

Art. 14º - O Instituto ROSA BRANCA tem como órgãos deliberativos e administrativos a Assembleia Geral, o Conselho Administrativo, a Diretoria e o Conselho Fiscal.

INSTITUTO ROSA BRANCA
CNPJ: 10.962.062/0001-38

Praça Marechal Floriano Peixoto, 259/2º andar - Centro – Itaboraí/RJ
Contato: institutorosabranca28@gmail.com; www.institutorosabranca.org

DM

AP

12813 -
18 10 2022



PREFEITURA DE MARICÁ
Processo nº 20613/23
Data de Início: 06/10/23
Rubrica: Fis: 36



Art. 15º - A Assembleia Geral, órgão soberano da entidade, será constituída por todos os membros fundadores, em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Art. 16º -. São atribuições da Assembleia Geral:

- I - eleger os membros do Conselho de Administração, da Diretoria Matriz e Diretoria Regional e do Conselho Fiscal e seus respectivos suplentes;
- II - elaborar e aprovar o Regimento Interno do **Instituto ROSA BRANCA**;
- III - deliberar sobre o orçamento anual do **Instituto ROSA BRANCA**;
- IV - examinar o relatório da Diretoria e deliberar sobre o balanço e as contas, após parecer do Conselho Fiscal;
- V - deliberar sobre a conveniência de aquisição, alienação ou oneração de bens pertencentes ao **Instituto ROSA BRANCA**;
- VI - decidir sobre a emenda reforma ou revisão, total ou parcial do presente estatuto, inclusive no tocante à sua administração;
- VII - deliberar sobre proposta de absorção ou incorporação de outras entidades do **Instituto ROSA BRANCA**;
- VIII - autorizar celebração de convênios e acordos com entidades públicas ou privadas;
- IX – decidir, em grau de recurso, sobre atos do Conselho de Administração ou da Diretoria;
- X – decidir sobre qualquer assunto não afeto a outra unidade do **Instituto ROSA BRANCA**;
- XI – completar, por eleição, nos casos de vacância, os quadros dos Conselhos de Administração e Fiscais;
- XII - decidir sobre a extinção do **Instituto ROSA BRANCA** e o destino do patrimônio.
- XIII – deliberar e fixar o valor da ajuda de custo que será fornecido aos membros do Conselho de Administração por reunião da qual participem;
- IX - constituir Conselho de Administração Específico, ainda que com composição e competência distintas de outros que possua, para exercer as atribuições referentes aos contratos de gestão celebrados no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e /ou outros Estados e Municípios;
- X - A entidade poderá deliberar alterações estatutárias específicas para adequação à Lei 6.043/2011 ou qualquer outra lei, as quais deverão constar em ata.”

INSTITUTO ROSA BRANCA
CNPJ: 10.962.062/0001-38

Praça Marechal Floriano Peixoto, 259/2º andar - Centro – Itaboraí/RJ
Contato: institutorosabranca28@gmail.com; www.institutorosabranca.org

AD

12813 -
18 10 2022

DM



PREFEITURA DE MARICÁ
Processo nº 20673/23
Data de início: 06/10/23
Fiscal: Fis 37



Parágrafo Único: para a deliberação a que se referem os itens I e VI, deste artigo, será exigido o voto concorde de 2/3 (dois terços) dos associados presentes à Assembleia Geral Especialmente convocada para este fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de 1/3 (um terço) nas convocações seguintes.

Art. 17º - A Assembleia Geral se reunirá ordinariamente uma vez por ano até o final do mês de março de cada ano, quando convocada pelo seu Presidente, seu substituto legal ou ainda por no mínimo 1/3 de seus membros, para:

I – aprovar o orçamento e o plano de ação para o exercício;

II - deliberar sobre o relatório apresentado pela Diretoria sobre as atividades referentes ao exercício social encerrado.

Art. 18º - A Assembleia Geral Ordinária será convocada pelo Diretor Presidente do **Instituto ROSA BRANCA** e a Assembleia Geral Extraordinária poderá ser convocada:

I – pelo Diretor Presidente do **Instituto ROSA BRANCA**;

II – pela maioria dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria ou do Conselho Fiscal.

III – por no mínimo, 1/5 (um quinto) da totalidade dos associados.

Art. 19º – A Assembleia Geral será convocada ordinariamente ainda, quando convocada pelo presidente no mês de novembro para:

I – trienalmente, para eleger a Diretoria e para a renovação do terço do Conselho de Administração e da totalidade do Conselho Fiscal.

Art. 20º – A Assembleia Geral instalar-se-á:

I – em primeira convocação, com 1/3 (um terço) dos associados;

II – em segunda convocação, meia hora após o horário previsto, com qualquer número de associados.

Art. 21º - A convocação das reuniões ordinárias ou extraordinárias será feita mediante edital, com pauta dos assuntos a serem tratados, a ser fixado na sede da entidade, com antecedência mínima de oito (8) dias e correspondência pessoal contra recibo aos integrantes dos órgãos de administração do **Instituto ROSA BRANCA**, mencionando explicitamente a ordem do dia, o local e a hora da reunião.

INSTITUTO ROSA BRANCA
CNPJ: 10.962.062/0001-38

Praça Marechal Floriano Peixoto, 259/2º andar - Centro – Itaboraí/RJ
Contato: institutorosabranca28@gmail.com; www.institutorosabranca.org



Instituto Rosa Branca

PREFEITURA DE MARICÁ
Processo nº 20673/23
Data de Início: 06/10/23
Rubrica: 38 Fls: 38



§ 1º - As reuniões Ordinárias instalar-se-ão em primeira convocação, com a presença mínima da maioria dos integrantes da Assembleia Geral e em segunda convocação, trinta (30) minutos após, com qualquer número de presentes.

§ 2º - As reuniões Extraordinárias instalar-se-ão, em primeira convocação, com 2/3 (dois terços) dos integrantes da Assembleia Geral e, em segunda convocação, trinta (30) minutos após, com maioria absoluta dos integrantes do referido órgão.

Art. 22º - As deliberações da Assembleia Geral tomar-se-ão por maioria absoluta de votos dos membros presentes. O voto é pessoal, não sendo aceitas procurações.

Art. 23º - As deliberações da Assembleia Geral serão objeto de ata especial, a qual deverá ser assinada por aquele que a presidir e por aquele que a secretariar, sendo a ele anexada lista de presença, devidamente assinada pelos associados presentes.

CAPITULO V

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 24º - O Conselho de Administração, órgão de deliberação superior e controle do **Instituto ROSA BRANCA** será composto por, no máximo 11 (onze) membros, previsão de participação, no órgão colegiado de deliberação superior, de representantes do Poder Público e de membros da sociedade civil, de notória capacidade profissional e idoneidade moral, sendo composto por:

- a) Até 30% (trinta por cento) de membros natos representantes do Poder Público, na forma definida pelo estatuto da entidade;
- b) No máximo 25% (vinte e cinco por cento) de membros natos representantes de entidades da sociedade civil;
- c) até 10% (Dez por cento) no caso de associação civil, de membros eleitos dentre os membros ou associados;
- d) No máximo 25% (vinte e cinco por cento) de membros eleitos pelos demais integrantes do Conselho, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral.
- e) até 10% (dez por cento) de membros indicados ou eleitos na forma estabelecida pelo estatuto;

INSTITUTO ROSA BRANCA
CNPJ: 10.962.062/0001-38

Praça Marechal Floriano Peixoto, 259/2º andar - Centro - Itaboraí/RJ
Contato: institutorosabranca28@gmail.com; www.institutorosabranca.org



PREFEITURA DE MARICÁ
Processo nº 20673/23
Data de Início: 06/10/23
Rubrica: [assinatura] Fls: 39



Parágrafo Primeiro: O mandato dos membros do Conselho de Administração será de 04 (quatro) anos, admitida uma recondução. Bem como a renovação das representações deve ser paritária e proporcional, conforme previsto no Estatuto;

Parágrafo Segundo: O primeiro mandato de metade dos membros do Conselho de Administração será de 02 (dois) anos, conforme alíneas "a", "b" "c" d"e", bem como a renovação das representações deve ser paritária e proporcional, conforme previsto no Estatuto;

Parágrafo Terceiro: O conselho de Administração terá um Presidente e um Vice-Presidente, que serão escolhidos na primeira reunião do Conselho de Administração, por seus pares, dentre seus membros, e terão mandatos de 02 (dois) anos, permitindo uma recondução.

Parágrafo Quarto: Ao presidente do conselho de Administração ou, na sua falta, ao Vice-Presidente, compete coordenar as atividades deste Conselho, acompanhar as atividades do Instituto ROSA BRANCA além das demais atribuições previstas neste Estatuto e/ou que lhe forem conferidas pelo próprio Conselho de Administração.

Parágrafo Quinto: O Vice-Presidente do Conselho de Administração substituirá o Presidente deste em suas faltas, impedimentos e no caso de vacância até a indicação de seu substituto.

Parágrafo Sexto: Na hipótese de vacância de cargo do Conselho de Administração, o respectivo substituto será eleito para completar o mandato do substituto, respeitando-se o disposto nas alíneas "a" "b" "c" d"e", acima.

Parágrafo Sétimo: Os membros do Conselho de Administração não poderão ser;

a) Cônjuge, companheiro ou parceiro, consanguíneos ou afins, e linhas reta ou colateral, até o terceiro grau, do Presidente da República, Vice-Presidente da República, Governador de Estado, Vice-Governador, Prefeito, Vice-Prefeito, Ministros e Secretários de Estado, Subsecretários e Parlamentares, Senadores, Deputados e Vereadores, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado e das Agências Reguladoras;

b) Servidor público detentor de cargo comissionado ou função gratificada.

Art. 25º – O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente, no mínimo, 03 (três) vezes a cada ano e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Parágrafo Único: As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração ou por no mínimo, 1/5 (um quinto) de seus membros.

INSTITUTO ROSA BRANCA
CNPJ: 10.962.062/0001-38

Praça Marechal Floriano Peixoto, 259/2º andar - Centro – Itaboraí/RJ
Contato: institutorosabranca28@gmail.com; www.institutorosabranca.org

AD



PREFEITURA DE MARICÁ
PROCESSO Nº 20613/23
Data de Início: 06/10/23
Assinatura: [assinatura] Fls: 40



Art. 26º– O conselho de Administração reunir-se-á com a presença mínima de metade de seus membros e suas deliberações serão adotadas por maioria simples de votos, ressalvados os casos de quórum especial.

Art. 27º – Compete ao Conselho de Administração;

- a) Fixar o âmbito de atuação do **Instituto ROSA BRANCA**, para consecução do seu objeto, conforme artigo 4º e incisos;
- b) Aprovar a proposta de contrato de gestão da entidade;
- c) Aprovar a proposta de orçamento da entidade e o programa de investimento, assim como a proposta de programa de trabalho e o relatório anual da Diretoria;
- d) Fixar a remuneração aos membros da Diretoria Matriz e Diretoria Regionais;
- e) Aprovar a extinção da entidade por maioria, no mínimo, de 2/3 (dois terço) de seus membros;
- f) Aprovar o regimento interno da entidade, que deve dispor, no mínimo, sobre a estrutura, forma de gerenciamento, os cargos e as competências;
- g) Aprovar e dispor sobre alteração, por maioria de no mínimo dois terços seus membros, o regulamento próprio contendo os procedimentos que o **Instituto ROSA BRANCA** deve adotar para a contratação de obras e serviços, bem como para compra e alimentação, e o plano de cargos, salários e benefício dos empregados da entidade;
- h) aprovar e encaminhar ao órgão supervisor da execução do contrato de gestão, os relatórios gerenciais e de atividades da entidade, elaborados pela Diretoria, as Secretarias de Estados e / ou Municipais que estejam executando o contrato de Gestão, semestralmente, bimestralmente ou trimestralmente, os relatórios gerenciais e de atividades da entidade e os demonstrativos financeiros e contábeis, elaborados pela diretoria executiva;
- i) fiscalizar o cumprimento das diretrizes e metas definidas e aprovar os demonstrativos financeiros e contábeis e as contas anuais da entidade, com o auxílio de auditoria externa;
- j) Convocar extraordinariamente a Assembleia Geral, conforme previsto neste estatuto.
- k) Eleger e destituir os membros da diretoria central e das diretorias regionais;
- l) Definir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do presente Estatuto;
- m) Designar e dispensar os membros da Diretoria, ou, no caso de associação civil, propor a destituição à Assembleia Geral da entidade;

INSTITUTO ROSA BRANCA
CNPJ: 10.962.062/0001-38

Praça Marechal Floriano Peixoto, 259/2º andar - Centro – Itaboraí/RJ
Contato: institutorosabranca28@gmail.com; www.institutorosabranca.org

AP

12813
18 10 2022

DM



PREFEITURA DE MARICÁ
Processo nº 20.613/23
Data de início: 06/10/23
Folha 47



- n) Aprovar e dispor a alterações dos estatutos e a extinção da entidade por maioria, no Mínimo, de dois terços de seus membros;
- o) Pronunciar-se sobre assuntos que lhe forem submentidos pela Diretoria executiva da entidade;
- p) Pronunciar-se sobre denúncia que lhe for encaminhada pela sociedade civil em relação a gestão e aos serviços sob a responsabilidade da entidade, adotando as providências cabíveis;
- q) Os diretores de Organizações Sociais, caso participem de mais de uma entidade regida por esta Lei, somente receberão remuneração por uma delas;

Art. 28º) o dirigente máximo da entidade deve participar das reuniões do conselho, sem direito a voto;

Art. 29º) os conselheiros eleitos ou indicados para integrar a diretoria da entidade devem renunciar ao assumirem funções executivas ou qualquer outro cargo da entidade;

Art. 30º) Os conselheiros não receberão remuneração pelos serviços que, nesta condição prestarem à Organização Social, ressalvada a ajuda de custo por reunião da qual participem;

CAPÍTULO VI

DA DIRETORIA

Art. 31º - A Diretoria é órgão de direção, administração e gestão do Instituto ROSA BRANCA e será composta:

I – Diretor Presidente;

II – Diretor Administrativo

III – Diretor Financeiro

§ 1º - O mandato dos integrantes da Diretoria será de (4) quatro anos, permitida a reeleição.

§ 2º - Não Poderão ser eleitos para os cargos de diretoria da entidade os sócios que exerçam cargos, empregos ou funções públicas junto aos órgãos do Poder Público.

§ 3º - A Diretoria reunir-se-à a cada 03 meses, ou sempre que necessário por convocação do Diretor Presidente.

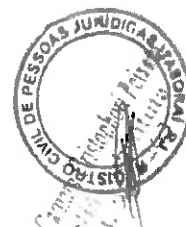
INSTITUTO ROSA BRANCA
CNPJ: 10.962.062/0001-38

Praça Marechal Floriano Peixoto, 259/2º andar - Centro – Itaboraí/RJ
Contato: institutorosabranca28@gmail.com; www.institutorosabranca.org

AP



PREFEITURA DE MARICÁ
Processo nº 26613/23
Data de Início: 06/10/23
Rubrica: [assinatura] Fls: 42



Art. 32º - Ocorrendo vaga em qualquer cargo de titular da Diretoria, caberá ao respectivo suplente substituí-lo até o fim do período para que foi eleito.

Art. 33º - Ocorrendo vagas entre os integrantes suplentes da Diretoria, a Assembleia Geral se reunirá no prazo máximo de trinta dias após a vacância, para eleger o novo integrante.

Art. 34º - Compete à Diretoria:

I – adotar todas e quaisquer medidas necessárias à administração do **Instituto ROSA BRANCA**, observando os termos do presente estatuto e do que for decidido pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração.

II – elaborar a proposta do programa de trabalho do INSTITUTO e seus respectivos orçamentos;

III – elaborar os relatórios anuais de atividades do **Instituto ROSA BRANCA**;

IV – nomear representantes e coordenadores, criar comissões extraordinárias ou permanentes e grupos de trabalhos para auxiliar na execução de projetos e atividades ou na defesa de interesse específico do **Instituto ROSA BRANCA**;

V – deliberar sobre a participação do **Instituto ROSA BRANCA** em programas governamentais ou desenvolvidos por entidades públicas ou privadas;

VI – aprovar a admissão de associados efetivos;

VII – celebrar termos de parceria, convênios, contratos e acordos de interesse do **Instituto ROSA BRANCA**;

VIII – aprovar quaisquer contratações e demissões de funcionários;

IX – alienar e onerar bens imóveis do **Instituto ROSA BRANCA**, mediante autorização de Assembleia Geral;

X – convocar a Assembleia Geral, conforme previsto no estatuto;

XI – exercer as demais atribuições previstas neste Estatuto;

Parágrafo único: Os documentos atinentes à gestão financeira do **Instituto ROSA BRANCA**, tais como cheques, ordens de pagamento e outros documentos que implique obrigações de pagamento pelo **Instituto ROSA BRANCA** devem ser assinados pelo Diretor Presidente e pelo Diretor Financeiro.

INSTITUTO ROSA BRANCA
CNPJ: 10.962.062/0001-38

Praça Marechal Floriano Peixoto, 259/2º andar - Centro – Itaboraí/RJ
Contato: institutorosabranca28@gmail.com; www.institutorosabranca.org

AD

DM

12813
18 10 2022



PREFEITURA DE MARICÁ
Processo nº 26613/23
Data de Início: 06/10/23
Rubrica: Fis: 43



Art. 35º - Compete ao Diretor Presidente:

- I – diligenciar pelo cumprimento dos objetivos sociais do **Instituto ROSA BRANCA**;
- II – representar o **Instituto ROSA BRANCA** ativa e passivamente, em juízo e fora dele;
- III – convocar e presidir reuniões da Assembleia Geral;
- IV – convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- V – participar das reuniões do Conselho de Administração
- VI – gerenciar todo o movimento da entidade, coordenando o trabalho dos demais membros da Diretoria;
- VII – admitir e demitir os funcionários do **Instituto ROSA BRANCA**;
- VIII – elaborar em conjunto com o Diretor Financeiro o relatório anual de atividades e a proposta do programa de trabalho do **Instituto ROSA BRANCA**;
- IX – comparecer ou fazer-se representar nas solenidades, atos oficiais e sociais de interesse do **Instituto ROSA BRANCA**;
- X – assinar todos os documentos relativos às atividades do **Instituto ROSA BRANCA**;
- XI – assinar, nos termos do **artigo 34, parágrafo único** deste Estatuto, cheques, ordens de pagamento e outros documentos que impliquem obrigações de pagamento pelo **Instituto ROSA BRANCA**;
- XII – adotar providências para que os associados possam exercer seus direitos e cumprir seus deveres;
- XIII – outorgar procurações, inclusive “ad judícia”, que poderão ser por prazo indeterminado.

Art. 36º - Compete ao Diretor Administrativo:

- I - diligenciar pelo cumprimento dos objetivos sociais do **Instituto ROSA BRANCA**;
- II – ter sob sua guarda livros e arquivos relacionados às suas atribuições;
- III – secretariar as reuniões da Assembleia Geral e da Diretoria, bem como redigir e lavrar as respectivas atas;
- IV – responsabilizar-se pelos serviços de divulgação dos trabalhos, esclarecimentos e relações públicas, mantendo o contato e intercâmbio com órgãos da imprensa e comunicação;

INSTITUTO ROSA BRANCA
CNPJ: 10.962.062/0001-38

Praça Marechal Floriano Peixoto, 259/2º andar - Centro – Itaboraí/RJ
Contato: institutorosabranca28@gmail.com; www.institutorosabranca.org

12813
44
18 10 2022

AD

DM

te

V – exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Diretor Presidente.

Art. 37º – Compete ao Diretor Financeiro:

- I – diligenciar pelo cumprimento dos objetivos sociais do **Instituto ROSA BRANCA**;
- II – gerenciar, organizar e dirigir os serviços financeiros, zelando pelo equilíbrio, correção e propriedade orçamentária do **Instituto ROSA BRANCA**;
- III – ter sob sua guarda bens e valores do **Instituto ROSA BRANCA**;
- IV – responsabilizar-se pelos balanços e outros documentos contábeis e financeiros do **Instituto ROSA BRANCA**;
- V – elaborar em conjunto com o Diretor Presidente, o relatório anual de atividades e a proposta do programa de trabalho do **Instituto ROSA BRANCA**;
- VI – arrecadar as receitas e administrar o pagamento das despesas do **Instituto ROSA BRANCA**;
- VII – assinar, nos termos do artigo 34, parágrafo único deste Estatuto, cheques, ordens de pagamento e outros documentos que impliquem obrigações de pagamento do **Instituto ROSA BRANCA**;
- VIII – substituir o Diretor Presidente nas suas faltas e impedimento;
- IX – exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Diretor Presidente.

Art. 38º - Atribuições da Diretoria Regional;

- I - terá mandato de (2) dois anos, permitida a reeleição
- II – Administrará as filiais sempre em conjunto com a Administração da sede e supervisão da sede.
- III – Responderá ativa e passivamente pelas ações Administrativas da filial;
- IV – Prestar contas mensalmente a respeito da Administração da filial;

Art. 39º - Compente ao Diretor Financeiro da Regional;

- I - Gerir os capitais permanentes da filial em conjunto e supervisão da Administração da sede;
- II – Assinar em conjunto com o Diretor Presidente da sede cheques, ordens de pagamento e outros documentos que impliquem obrigações de pagamento dos contratos oriundos da filial;

12313
64
18 10 2022

AD

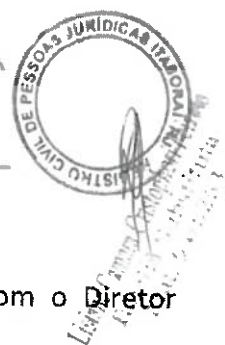
DM

2



Instituto Rosa Branca

PREFEITURA DE MAFICA
Processo nº 20613/23
Data de Início: 06/10/23
Rubrica: 45



III – Poderá abrir contas e as operacionaliza - lãs, sempre em conjunto com o Diretor Presidente da sede;

IV - Responder ativa e passivamente ela administração financeira da filial;

VI - Usar a denominação da entidade dentro das autorizações permitidas pela matriz;

VII - Prestar contas mensalmente a respeito de sua filial, à matriz;

VIII - O Diretor Financeiro Regional, reporta normalmente ao Diretor-Geral;

CAPÍTULO VII

DO CONSELHO FISCAL

Art. 40º - O Conselho Fiscal será composto por três membros e um membro suplente, eleitos pela Assembleia Geral e o seu mandato será coincidente com o mandato da Diretoria;

I – Os membros do Conselho Fiscal, na primeira reunião, elegerão, entre seus membros titulares, o seu Presidente.

II - O conselho fiscal reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano e extraordinariamente, sempre que necessário.

III – O mandato dos membros do Conselho Fiscal será de 04 (quatro) anos e coincidirá com o mandato da Diretoria, admitindo-se reconduções.

Art. 41º - Compete ao Conselho Fiscal:

I – examinar os livros de escrituração da Instituição;

II – opinar sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade;

III – requisitar ao Diretor Financeiro, a qualquer tempo, documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pela Instituição;

IV - acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes;

V – convocar extraordinariamente a Assembleia Geral;

AP

DM

INSTITUTO ROSA BRANCA
CNPJ: 10.962.062/0001-38

Praça Marechal Floriano Peixoto, 259/2º andar - Centro – Itaboraí/RJ
Contato: institutorosabranca28@gmail.com; www.institutorosabranca.org

CAPÍTULO VIII

DOS MEMBROS, SEUS DIREITOS E OBRIGAÇÕES.

Art. 42º – São membros do **INSTITUTO ROSA BRANCA** aqueles que a ele se associar, comprometendo-se a respeitar este Estatuto, o regimento interno, regulamentos, deliberações da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e da Diretoria e toda a legislação que for aplicada ao **Instituto ROSA BRANCA**.

Art. 43º – Os membros serão divididos nas seguintes categorias:

I – fundadores – aqueles que idealizaram e organizaram o **Instituto ROSA BRANCA**, assinando os seus atos constitutivos;

II – beneméritos – aqueles que prestaram relevantes serviços ao e forem propostos e aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração;

III – contribuintes – aqueles que vierem a ter sua admissão ao quadro associativo aprovado pela Diretoria;

§ 1º – na categoria membros beneméritos e contribuintes serão admitidas pessoas físicas e jurídicas e, no caso de pessoa jurídica, deverá ser designado um representante perante o **Instituto ROSA BRANCA**.

Art. 44º – Em caso de associação civil, a aceitação de novos associados, na forma do Estatuto;

Art. 45º – São direitos dos associados:

I – Ter voz e voto nas assembleias e reuniões do **Instituto ROSA BRANCA**;

II – apresentar propostas e projetos que venham ao encontro dos objetivos do **Instituto ROSA BRANCA**;

III – Requerer a convocação de reunião Extraordinária da Assembleia Geral, na forma deste Estatuto;

IV – Votar e ser votado para os cargos eleitos dos órgãos do **Instituto ROSA BRANCA**;

V – Apresentar e oferecer sugestões ao Conselho de Administração e à Diretoria sobre assuntos de interesse do **Instituto ROSA BRANCA**;

VI - Solicitar seu desligamento no quadro de associados do **Instituto ROSA BRANCA**;

Art. 46º – São deveres dos associados:

- I – cumprir fielmente o presente Estatuto e demais decisões do órgão colegiado e da Diretoria;
- II – zelar pelo patrimônio e pelo prestígio do **Instituto ROSA BRANCA**;
- III – colaborar sempre, direta ou indiretamente, com as atividades e realizações do **Instituto ROSA BRANCA**;
- IV – comunicar por escrito quando mudar de domicílio, telefone ou endereço eletrônico;
- V – no caso de necessidade de afastamento do quadro de associados, comunicar por escrito com antecedência mínima de quinze dias;
- VI – comparecer às assembleias gerais ordinárias e extraordinárias.

Parágrafo Único: A Diretoria avaliará as justificativas do não comparecimento às assembleias.

Art. 47º – Os membros perdem seus direitos por:

- I – deixar de cumprir uma ou mais disposições do artigo anterior;
- II – infringir disposição estatutária, regimental, regulamentar ou decisão da Diretoria;
- III – expressar-se publicamente de forma a denegrir o **Instituto ROSA BRANCA**, provocar discórdia ou desunião entre os seus associados;
- IV – praticar delitos, desviar bens do **Instituto ROSA BRANCA**;
- V – praticar atos que impliquem em desabono ou descrédito do **Instituto ROSA BRANCA** ou de seus associados.

Parágrafo Único: O desligamento será objeto de processo administrativo proposto e conduzido pela Diretoria, assegurada à ampla defesa, e concretizado por aprovação de seu relatório pela Assembleia Geral.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 48º - Os membros e dirigentes do **Instituto ROSA BRANCA** não respondem solidária nem subsidiariamente pelas obrigações da Entidade.



PREFEITURA DE MARICÁ
Processo nº 20613/23
Data de Início: 06/10/23
Rubrica: 8 Fis: 48



Art. 49º - O **Instituto ROSA BRANCA** é composto por número ilimitado de membros, distribuídos em categorias de fundadores, benfeitores, honorários e contribuintes, a aceitação de novos associados conforme prevê o artigo 42, se dará através da proposta de outro associado em indicação a Diretoria.

Parágrafo único: A primeira Assembleia Geral do **Instituto ROSA BRANCA**, composta por seus fundadores, designará comissão para elaborar regimento que conste as condições para a ele se associar, bem como das categorias, direitos, deveres e obrigações dos membros.

Art. 50º - Os Conselhos Administração e Fiscal elegerão seus presidentes na primeira reunião subsequente à escolha dos mesmos.

Art. 51º - O quórum de deliberação será 2/3 (dois terços) da Assembleia Geral, em reunião extraordinária, para as seguintes hipóteses:

I - alteração dos Estatutos;

II - alienação de bens imóveis e gravação de ônus reais sobre os mesmos;

III - aprovação de tomada de empréstimos financeiros de valores superiores a 10 (dez mil) salários mínimos;

IV - extinção do **Instituto ROSA BRANCA**.

Art. 52º - O orçamento do **Instituto ROSA BRANCA** será uno anual e compreenderá todas as receitas e despesas, compondo-se de estimativa de receita, discriminadas por dotações e discriminação analíticas das despesas de modo a evidenciar sua fixação para cada órgão, projeto ou programa de trabalho.

Art. 53º - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria e referendados pela Assembleia Geral, ficando eleito o foro da Comarca de Itaboraí, para sanar possíveis dúvidas.

Capítulo X

DA EXTINÇÃO

Art. 54º - O **Instituto ROSA BRANCA** entrará em liquidação nos casos previstos em Lei ou por deliberação da Assembleia Geral especialmente convocada, com quórum de 50% (cinquenta por cento) mais 01 (um), em primeira convocação e 1/3 (um terço) em segunda convocação, meia hora depois, com aprovação mínima de 2/3 (dois terços) dos associados presentes com direito a voto.

INSTITUTO ROSA BRANCA
CNPJ: 10.962.062/0001-38

Praça Marechal Floriano Peixoto, 259/2º andar - Centro - Itaboraí/RJ
Contato: institutorosabranca28@gmail.com; www.institutorosabranca.org

12813 -
42 18 10 2022

AD

DM

to



PREFEITURA DE MARICÁ
Processo nº 20.613/23
Data de Início: 06/16/23
Rubrica: 8 Fis: 49



Art. 55º - No caso da Dissolução, extinção da instituição haverá a incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe forem destinadas, bem como os excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, ao patrimônio de outra instituição qualificada para a mesma área de atuação, ou ao patrimônio da administração pública, de onde estiver executando o contrato de gestão, na proporção dos recursos e bens por este alocados, sem prejuízo da liquidação que não se aterá, no atendimento do passivo, a qualquer prévia destinação.

Art. 56º - Na eventualidade de extinção por fusão ou Incorporação ou desmembramento será nomeada a partir de Assembleia uma comissão formada por sócios e terceiros interessados, que ficará responsável e obrigada aos estudos necessários aos atos de extinção, nos moldes em que ocorrer o ato, tais como o levantamento patrimonial, balanço geral, destino dos fundos de contingências e outros e, o projeto de estatuto, que será apresentado a Assembleia Geral, e, se aprovado o relatório da comissão conjunta e os respectivos documentos à extinção da personalidade jurídica, deverá se registrada no órgão estadual competente, em duas vias, com a publicação do arquivamento.

Parágrafo único: Previsão de incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe forem destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, em caso de extinção ou desqualificação da entidade, ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito do Estado ou Município da mesma área de atuação, ou ao patrimônio do Estado ou Município, na proporção dos recursos e bens por este alocados;

Capítulo XI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 57º - O exercício social encenar-se-á em 31 de Dezembro de cada ano.

Art. 58º - Após a aprovação desta reforma estatutária serão revogadas as disposições anteriores, passando a produzir efeitos a partir de seu registro e publicidade junto a órgão público competente, conforme definido em legislação.

AP

te

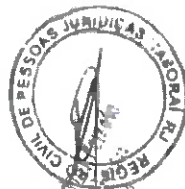
12813
46
18 10 2022

DM

INSTITUTO ROSA BRANCA
CNPJ: 10.962.062/0001-38

Praça Marechal Floriano Peixoto, 259/2º andar - Centro - Itaboraí/RJ
Contato: institutorosabranca28@gmail.com; www.institutorosabranca.org

PREFEITURA DE MARICÁ
Processo nº 20673/23
Data de Início: 06/16/23
Rubrica: [assinatura] Fis: SD



1895

tetrane

Danielson M

Diretor Administrativo

Anderson P

Diretor Presidente

OFÍCIO DE JUSTIÇA
ITABORAÍ

Tabelão e Oficial de Registro: Marcelo Poppe de Figueiredo Fátima
Praça Marechal Floriano Peixoto, 41 - Centro - Itaboraí - RJ
Telefone: (21) 2639-1288/2639-1284

Certifico que o presente documento foi protocolado sob o nº 12013,
livro 4A, em 18/10/2022 e registrado sob o nº 4359 às folhas 40
do livro A125 em 21/10/22.

Selo Eletrônico de Fiscalização:
EDUP 61490 CMQ
<https://www3.trj.je.br/site/pesquisa>
Consulte a validade do Selo em:


Custas.Emoi+ FETJ + FUNDERPJ +
FUMPERJ +FUNARPN + PNCMV. Total:R\$525,88.

0899714A-502

Assinatura

Protocolo

PESQUISA



12813
42 18 10 2022

Praça Marechal Floriano Peixoto, 259/2º andar - Centro – Itaboraí/RJ
Contato: institutorosabranca28@gmail.com; www.institutorosabranca.org